

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

MARIA VITORIA DE JESUS MÁRCIO DIAS

ESCRITOS ESQUECIDOS:

Pesquisas e histórias do acesso do povo preto à cultura letrada no século XIX.

UBERLÂNDIA - MG

2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

D541 Dias, Maria Vitória de Jesus Márcio, 2003-
2025 ESCRITOS ESQUECIDOS: [recurso eletrônico] : Pesquisas e
histórias do acesso do povo preto à cultura letrada no século XIX /
Maria Vitória de Jesus Márcio Dias. - 2025.

Orientadora: Alexia Padua Franco.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Uberlândia, Graduação em Pedagogia.
Modo de acesso: Internet.
Inclui bibliografia.

1. Educação. I. Franco, Alexia Padua, 1968-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Graduação em Pedagogia. III.
Título.

CDU: 37

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

MARIA VITORIA DE JESUS MÁRCIO DIAS

ESCRITOS ESQUECIDOS:

Pesquisas e histórias do acesso do povo preto à cultura letrada no século XIX

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de Pedagogia da Universidade
Federal de Uberlândia com o objetivo de
aprovação no componente curricular TCC II.

Orientadora: Profa. Dra. Aléxia Pádua Franco

UBERLÂNDIA - MG

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Curso de Graduação em Pedagogia - Uberlândia
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1G, Sala 1G125 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4197 - www.faced.ufu.br - cocpe@ufu.br



ATA DE DEFESA - GRADUAÇÃO

Curso de
Graduação em: **Pedagogia**

Defesa de: **Trabalho de Conclusão de Curso II - FACED39505**

Data:	13/05/2025	Hora de início:	Hora de encerramento:
-------	-------------------	-----------------	-----------------------

Matrícula do
Discente: **12111PED010**

Nome do
Discente: **Maria Vitória de Jesus Márcio Dias**

Título do
Trabalho: **Escritos esquecidos: Pesquisas e histórias do acesso do povo preto à cultura letrada no século XIX**

A carga horária curricular foi cumprida integralmente? Sim Não

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se no na Sala 1G145, no Bloco 1G, do Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a sessão de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): **Escritos esquecidos: Pesquisas e histórias do acesso do povo preto à cultura letrada no século XIX.** apresentada pela acadêmica do Curso de Pedagogia **Maria Vitória de Jesus Márcio Dias**, conforme estabelece a RESOLUÇÃO 2014 do Colegiado de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia, que Normatiza as Atividades Complementares e o Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia, no âmbito da Faculdade de Educação, no Art.6º, parágrafo único: A Monografia para ser considerada como Trabalho de Conclusão de Curso deverá ser submetida a banca avaliadora.

Os trabalhos foram instalados às 17 horas pela Profa. Dra. **Aléxia Pádua Franco** /FACED/UFU, orientadora e presidente da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes professores: Prof. Dr. **Astrogildo Fernandes da Silva Júnior** /FACED/UFU e Profa. Ms. **Ishangly Juana da Silva**/doutoranda PPGED UFU. Encerrados os trabalhos de arguição às 18:40, os examinadores deram o parecer final sobre a monografia, tendo sido atribuídas à aluna as seguintes notas, de 0 a 100 pontos:

Prof/a. Dr/a. Aléxia Pádua Franco /FACED/UFU (Presidente)	Nota:
100,0	
Prof/a. Dr/a. Astrogildo Fernandes da Silva Júnior /FACED/UFU	Nota:
100,0	
Prof/a. Ms. Ishangly Juana da Silva /doutoranda PPGED UFU	Nota:
100,0	
Final: 100,0	Nota

Proclamados os resultados pela Profa. Dra. **Aléxia Pádua Franco**, Presidente da Banca Examinadora, a Banca, atribuiu o resultado final, considerando a candidata: **APROVADA.**

Proclamados os resultados pelo(a) Profa. Dra. **Aléxia Pádua Franco**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos, e para constar, eu Candida Rosa Neta, Secretária da Coordenação da Coordenação do Curso de Pedagogia, lavrei a presente ata que assino juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Uberlândia, 13 de maio de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Alexia Padua Franco, Professor(a) do Magistério Superior**, em 14/05/2025, às 17:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Astroaldo Fernandes da Silva Junior, Professor(a) do Magistério Superior**, em 15/05/2025, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ishangly Juana da Silva, Usuário Externo**, em 16/05/2025, às 22:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6318680** e o código CRC **C9B6812F**.

Dedico este trabalho a todas as
meninas pretinhas e sonhadoras.

Assim como eu fui.

AGRADECIMENTOS

Início esses agradecimento com gratidão imensa a Deus que esteve comigo do início ao fim, que para além do ingresso na universidade, me possibilitou também a permanência e o encontro com pessoas maravilhosas.

Agradeço a minha mãe, que desde as minhas primeiras memórias me incentivou a ser quem eu quisesse ser, com a certeza de que tinha plantado a semente do bem, essa que foi cultivada com o esforço de seu trabalho e influenciada pelas oportunidades de acesso que você me possibilitou. Se hoje eu estou finalizando o meu curso de Pedagogia na Universidade Federal de Uberlândia, fui até a UNB apresentar meus estudos, fui à UFRJ tentar o mestrado e tudo isso antes dos 30 anos, foi por que você trabalhou muito para que eu estivesse aqui. Muito obrigada!

Agradeço às minhas avós. A Vó Marisa, minha gratidão por toda oração, cuidado, marmitas de almoço, auxílio financeiro e incentivo para que eu pudesse continuar. A senhora muito me ensina sobre fé, um instrumento que herdei de você para minha sobrevivência. E aproveito para agradecer as minhas duas avós da ancestralidade. Minhas duas avós, Sofia, que me ensinam sobre o tempo e suas esperas. Além de sempre me mostrar que eu posso muito mais do que eu acredito. Elas também estiveram comigo do início ao fim, mesmo que eu tenha conhecido depois do início da graduação. Vó Sofia (T.), obrigada pela presença em meus estudos do meu acordar ao descansar. Me incentiva sempre a ir “devagar, devagar, devagarinho”. Vó Sofia (L.), te agradeço pelo colo que me viu chorar e me fez lembrar do meu propósito mesmo em meio a tantas lágrimas. Nunca vou me esquecer de quando me contou que, em sua época, conheceu dois homens pretos muito inteligentes que sabiam ler e disse que depois, assim como eles, eu era a pessoa mais inteligente que já havia conhecido. Por ser uma entidade da linha de Pretos Velhos, o que ela mesma me contou, e informações sobre essa linha mais antiga de entidades que viveram durante o período escravista. Isso confirma para mim, para além da pesquisa, através de minha religiosidade, a presença da leitura e escrita por escravizados e libertos durante o século XIX.

Gratidão ao Senhor Sete (M), por me ensinar sobre confiança, além de me mostrar muito sobre o meu potencial e a importância da minha história. Sem dúvidas, esse meu contato com a ancestralidade foi fundamental para minha formação e com isso para a escrita desta pesquisa. Exu é caminho, e me mostrou caminhos que eu nem imaginava percorrer.

Aos meus irmãos Fran, Thayna, Thays, Marcela, Ivy, Izabella, Ana Laura e a Liz, agradeço por tudo que vocês me ensinaram a respeito da cultura que me conquista e aproxima cada dia mais do que eu acredito e respeito. Com vocês eu aprendo mais sobre a união, a alegria de viver e sobre uma irmandade que me envolve ao ponto de querer lutar pelos sonhos de cada um de vocês!

Aos meus tios e primos (de sangue e de EJC), agradeço muito por transformarem meus dias, em especial os finais de semana em que partilhamos grandes momentos de felicidade e muita bagunça. Saibam que a identidade que hoje preservo, vem de vocês e do carinho que recebo em cada um dos nossos encontros/almoços, essa que eu levo para todos os lugares que vou. Muito obrigada por formarem quem eu sou!

Aos meus amigos, em especial a Marcella, Ary, Micael, Tiago, Teka, Mireile vocês merecem o mundo! Obrigada por me mostrar que o amor está nos momentos mais simples, desde nossas risadas intensas até os choros compartilhados. Obrigado por me ouvir contar incansavelmente sobre minhas vivências durante a graduação e viajarem com minhas teorias aleatórias sobre a humanidade. O orgulho que tenho de minha trajetória vem de vocês e de tudo aquilo que vocês me ensinam em nossas vivências. E como já dizia Emicida (2019), “Quem tem um amigo, tem tudo” e tenho tudo se estou com vocês.

Agradeço também a Professora Alexia, que abraçou minhas aventuras e me impulsionou a escrever sobre todas aquelas ideias mirabolantes. Obrigada Professora, por não desistir de mim e me incentivar a trilhar um caminho tão especial para mim. Os seus estudos me ensinam bastante. Saiba que você me fez conhecer mais sobre as narrativas do meu povo em meio a um curso cheio de ideais eurocêntricos. Termino esse curso com a certeza de que a Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia, por meio da Disciplina de Metodologia do ensino de História, cultiva em seus alunos sementes para a decolonialidade do pensamento crítico.

E por fim, agradeço a uma pessoa que chorou, sorriu e acima de tudo cresceu muito ao longo desses quase quatro anos de curso. Ao processo e ao tempo, que antes pareciam não passar e que agora estão chegando ao fim. Você fez do seu impossível, possível. Dos seus medos, segurança e se descobriu como uma mulher preta, dona de sua própria narrativa.

“Brasil, meu dengo
A Mangueira chegou
Com versos que o livro apagou
Desde 1500 tem mais invasão do que descobrimento
Tem sangue retinto pisado
Atrás do herói emoldurado
Mulheres, tamoios, mulatos
Eu quero um país que não está no retrato”
(G.R.E.S Estação Primeira da Mangueira, 2019)

RESUMO

O presente trabalho tem como tema a relação entre o acesso da população negra¹ à cultura letrada e as lutas do povo preto no Brasil do século XIX, antes e após ao fim da escravização. Seu objetivo foi levantar e analisar pesquisas científicas que problematizam o estigma da população negra (escravizados, libertos e forros) como sem domínio da leitura e escrita durante o século XIX. Ele é resultado de uma pesquisa bibliográfica realizada no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Nesta, foram utilizadas diferentes estratégias de busca com o intuito de encontrar maior quantidade de resultados que contemplem publicações dos anos de 2003 a 2024, que mencionem estudos sobre o século XIX, ressaltando o cenário escravagista e a ausência/presença de oportunidades de domínio da cultura letrada pela população negra escravizada ou liberta. A pesquisa possibilitou observar que as investigações sobre esta temática foram desenvolvidas por meio de fontes como: cartas, leis, prourações, jornais impressos, manifestos, entre outros documentos ao redor do Brasil. Essas fontes comprovam a presença de pessoas escravizadas, libertas e forras no processo de escolarização no século XIX, além de enfatizar diferentes possibilidades de ensino e aprendizagem da leitura e escrita entre esses povos, que dominaram a cultura letrada e a utilizaram tanto em suas lutas políticas por liberdade, pelo fim da escravização e contra o racismo, quanto em trocas de informações do cotidiano. O desconhecimento desta história reflete nos conteúdos trabalhados em universidades, em específico nos cursos de licenciatura, e por consequência nas escolas da contemporaneidade.

Palavras-Chave: População Negra. Cultura letrada. História da Educação. Brasil Império. Lei 10.639/03.

¹ O termo preto, o que constitui uma novidade de significativa relevância. Com efeito, este termo, utilizado como uma das categorias de classificação desde o primeiro Recenseamento do Brasil, realizado em 1872, usufruía da legitimação outorgada por integrar todos os levantamentos estatísticos oficiais, até 2010, que incluíram a classificação por cor ou raça. O termo negro, entretanto, historicamente carregado de conotação pejorativa, só foi ressignificado a partir da ação do Movimento Negro organizado, que cobrou novo vigor nos anos de 1970, e voltou a ser utilizado desprovido do sentido pejorativo que o enquadava” (PETRUCCELLI; SABOIA, 2013). Ligado a isso, ao longo do texto é possível encontrar tanto o termo “negro” ou “preto” para determinar a presença de pessoas afrodescendentes, porém é importante mencionar que as duas palavras não são sinônimo.

ABSTRACT

The theme of this paper is the relationship between the black population's access to literate culture and the struggles of black people in 19th century Brazil, before and after the Abolition of Slavery. Its aim was to survey and analyze scientific research that problematizes the stigma of the black population (enslaved, freed and forced) as having no command of reading and writing during the 19th century. It is the result of a bibliographic search carried out on the Journal Portal of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Different search strategies were used in order to find a greater number of results that include publications from 2003 to 2024, which mention studies on the 19th century, highlighting the slavery scenario and the absence/presence of opportunities for the enslaved or freed black population to master literate culture. The research made it possible to observe that investigations into this subject were carried out using sources such as letters, laws, powers of attorney, printed newspapers, manifestos, among other documents from around Brazil. The results prove the presence of enslaved, freed and free people in the schooling process in the 19th century, as well as emphasizing the different possibilities of teaching reading and writing to these people, who mastered literate culture and used it both in their political struggles for freedom, for the abolition of slavery and against racism, and in the exchange of everyday information. The lack of knowledge of this history is reflected in the inheritance of the content taught in universities, specifically in degree courses, and consequently in contemporary schools.

Key words: Black population. Literate culture. History of Education. Brazil Empire. Law 10.639/03.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descritores utilizados na busca e resultados encontrados.	25
Quadro 2 – Resultado Final do Levantamento Bibliográfico	26
Quadro 3 – Relação de artigos publicados por regiões do Brasil e Universidades	31
Quadro 4 - Relação entre o Estado/ Província e a quantidade de artigos baseados em fontes encontradas na respectiva localidade.	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RJ	Rio de Janeiro
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
Unilab	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEP	Universidade Estadual do Paraná
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Aspectos da minha história na história e a aproximação com a temática	13
1.2 O problema, objetivos, metodologia e organização da monografia	15
2. EM BUSCA DE PESQUISAS E HISTÓRIAS DO ACESSO DO POVO PRETO À CULTURA LETRADA NO SÉCULO XIX	19
2.1 Primeiras pistas da pesquisa	19
2.2 A pesquisa bibliográfica e seus achados	22
3. A CULTURA LETRADA ENTRE A POPULAÇÃO PRETA DO SÉCULO XIX	32
3.1 Exemplos de fontes primárias utilizadas nas pesquisas	32
3.2 Localização em que foram encontradas as fontes	39
3.3 Oportunidades de acesso à cultura letrada	41
3.4 A Luta e a Resistência de Personagens Negros na Construção de Escolas e Saberes	46
3.5 Análise geral e rompimento do estigma dos escravizados, libertos e forros do século XIX como população passiva, analfabeta, alheia a cultura letrada	49
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	52

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como tema a relação entre o acesso da população negra à cultura letrada e as lutas do povo preto no Brasil do século XIX, antes e após o fim da escravização.

Antes de apresentar seus objetivos e o referencial teórico- metodológico que delinearam o seu desenvolvimento, vamos antes narrar a história que mobilizou a preocupação com a investigação.

1.1 Aspectos da minha história na história e a aproximação com a temática

Desde mais nova me interesso por histórias do povo preto. Por me identificar como uma mulher preta, sempre me alegrava quando as histórias contadas traziam personagens que tinham a mesma cor que a minha. Ainda mais por nunca me sentir representada nos conteúdos trabalhados na escola, algo que só modificava quando o assunto se tratava da escravidão. Mesmo assim, assuntos como esse ainda mexiam com uma pequena aluna preta que era minoria na sala de aula.

Foi na Universidade Federal de Uberlândia, no curso de Pedagogia, na disciplina de História da Educação 2, ministrada pela Profa. Rafaela Silva Rabelo, que por meio de um texto intitulado “Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX”, da historiadora Surya Pombo de Barros (2016), me deparei com a presença dos meus antepassados na escola como pessoas que exigiam o direito de aprender . Temática pela qual me encantei, quando em outras disciplinas

descobri a importância e a intencionalidade por trás da aprendizagem da leitura e da escrita, que abre um leque de oportunidades aos estudantes. Assim, fui impactada ao descobrir que os meus ancestrais sabiam ler, mesmo sem autorização determinada por lei que assegurava suas presenças em aulas de primeiras letras, até mesmo em contextos posteriores ao fim da escravização.

É extraordinário perceber que estas pessoas, mesmo fora de uma educação formal, sabiam ler, escrever e até mesmo ensinar uns aos outros. Hoje, por meio de livros e artigos escritos por historiadores como o “Rascunhos cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista” (Mac Cord; Moreira; Gomes, 2017), é possível ler e encarar com a devida criticidade cartas escritas por afrodescendentes libertos ou escravizados que nos dão a oportunidade de conhecer um pouco do que foi vivenciado. Estas leituras possibilitam a quebra de uma visão que alega, de forma genérica e pouco fundamentada, a ausência de domínio da cultura letrada pela população preta, quando, de forma geral, ele era elitizado, ou seja, restrito à população branca e rica.

Após a homologação da lei 10.639 do ano de 2003, que determina a obrigatoriedade do ensino da cultura e da história do povo afro-brasileiro e africano, em especial na educação básica, é possível observar uma maior produção e circulação de pesquisas que enfatizam a escolarização e a existência do povo negro na educação escolar. A partir de então, expandiram-se o levantamento e análise de inúmeras fontes primárias produzidas nos séculos XIX e XX (cartas e manifestos escritos por negros escravizados e libertos, relatos policiais da época) que oferecem oportunidade a todos de conhecerem um pouco mais de nossa história.

Pouco tempo faz desde o fim da escravização e menor ainda é o tempo de quando o povo não branco pode por lei ser alfabetizado, povos que fizeram parte de toda a construção do país são negligenciados e essa história só permanece quando não abordamos as lutas vivenciadas e vencidas no currículo educacional, privilegiamos uma visão eurocêntrica que aponta apenas heróis brancos, homens e héteros. Assim, por meio de uma pesquisa bibliográfica, foram destrinchados artigos, lives e podcasts que enfatizam a existência de escrita do povo preto desde o início de 1800 até a influência desta no ato da homologação da lei 10.639 de 2003 que só encontraram com a autora a partir de uma pesquisa aprofundada.

O desenvolvimento da nossa pesquisa dará oportunidade de conhecer produções científicas que contribuem para a formação de docentes empáticos e melhor preparados para escutar e dar visibilidade aos movimentos de resistência dos povos tratados como passivos,

tendo potencial de alterar a educação nacional, atingindo sua base: os professores, que ocupam o cargo de mediadores nas descobertas dos alunos.

Esse também é um passo da mudança almejada pelos meus ancestrais que lutaram para que hoje eu tivesse direito de viver, ler, escrever e só assim almejar um caminho diferente ao futuro em que os jovens não brancos possam entender o seu lugar como maioria no país e que além de aprender sobre o processo de escravatura, eles possam conhecer as narrativas dos heróis e teóricos negros, relembrando o trecho do samba enredo “História Para Ninar Gente Grande”, feito pela Estação Primeira de Mangueira no ano de 2019 que diz “Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês” (MANGUEIRA, 2019).

1.2 O problema, objetivos, metodologia e organização da monografia

A pesquisa que resultou neste TCC foi formulada a partir da preocupação de problematizar o discurso, do senso comum, que permeia o imaginário social brasileiro acerca da existência de uma passividade das pessoas negras no Brasil no período colonial e pós-colonialismo, considerando as diversas formas de saberes e resistências da população negra neste país. Ele tem como intento elucidar a existência de pesquisas que comprovem o domínio da cultura letrada pela população negra escravizada e liberta, no Brasil do século XIX, proporcionado pela educação formal e não-formal. Acreditamos que estas pesquisas contribuem para o reconhecimento da existência de fontes primárias que possibilitam entender o processo de alfabetização da população negra, durante o período da escravização, bem como o pensar político das pessoas negras, promovendo a visibilização de seu protagonismo na história do Brasil.

Acerca da realidade social a qual se insere, e principalmente, se forja a resistência desses indivíduos, ressaltamos que o elo entre a população negra, o meio educacional, social e cultural é, como destaca a pedagoga Nilma Lino Gomes (2019, p.42), por diversas vezes, um organizador e sistematizador de saberes produzidos fora do âmbito acadêmico são emancipatórios. Assim, destacamos que a pesquisa tem como objetivo geral contribuir para a ampliação das perspectivas dos processos de alfabetização, em especial nas licenciaturas, buscando romper com o eurocentrismo e contribuir para descolonização do saber na formação de professores na Educação Superior. Concordamos com Wash (2017) ao afirmar

que a colonialidade estabeleceu o eurocentrismo como perspectiva única de conhecimento, e ao mesmo tempo descartou por completo a produção intelectual indígena e afro. Daí, a necessidade de descolonizar o saber.

O tema desta pesquisa está na relação entre a cultura letrada e as lutas políticas do povo preto no Brasil dos séculos XIX, antes e após a escravização. É de fundamental necessidade elucidar a existência de documentos que comprovem a alfabetização (mesmo que de maneira não formal) de escravizados, negros fugitivos, forros e libertos² no Brasil do século XIX como forma de decolonizar³ o pensamento atual repleto de preconceitos que naturalizam o estigma do povo preto, no período da escravização, como ignorante, distante da cultura letrada e passivo. Essa construção histórica se deu com o colonialismo, que segundo Grosfoguel (2009), foi o momento em que o modelo de sistema mundo, “patriarcal, heterossexual, branco, militar” foram impostos pela presença de uma administração colonial é considerado período do colonialismo clássico. E, por colonialidade, “situações coloniais” da atualidade, em que as administrações coloniais foram praticamente erradicadas do sistema-mundo capitalista. Por “*situações coloniais*” entende a opressão/exploração cultural, política, sexual e econômica de grupos étnicos/racializados subordinados por parte de grupos étnicos-raciais dominantes, com ou sem a experiência de administrações coloniais (p. 126-127).

Dessa forma, ressaltamos a importância, no atual contexto, “descolonizar mentes”, para isso, é importante evidenciar pesquisas que exploram fontes primárias que possibilitaram conhecer experiências de pessoas pretas que há, pelo menos, 200 anos, mesmo sem direito à educação escolar garantido, dominaram a cultura letrada e a utilizaram em suas lutas políticas por liberdade, pelo fim da escravização e contra o racismo, ou seja, experiências de resistência (decoloniais)

Ao longo do desenvolvimento, a nossa pesquisa permite a oportunidade de conhecer produções científicas que contribuem para a formação de docentes empáticos e melhor preparados para escutar e dar visibilidade aos movimentos de resistência dos povos tratados como passivos, tendo potencial de alterar a educação nacional, atingindo sua base: os professores, que ocupam o cargo de mediadores nas descobertas das/os estudantes.

² Forros foram pessoas ex escravizadas que obtiveram a alforria por meio da alforria, seja ela através de “carta, por testamento ou no momento do batismo” (Arquivo Nacional). Já o termo “libertos” está associado a uma categoria mais abrangente e engloba todos os ex-escravizados independente do meio.

³ Segundo Walsh (2025) citado pelos os autores Oliveira e Candau (2010), “a decolonialidade implica partir da desumanização e considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber [...] e é visibilizar as lutas contra a colonialidade a partir das pessoas, das suas práticas sociais, epistêmicas e políticas.”.

Esse também é um passo da mudança almejada pelos meus ancestrais que lutaram para que hoje eu tivesse direito de viver, ler, escrever e só assim construir um caminho para um futuro em que os jovens não brancos possam entender o seu lugar como maioria no país e que, além de aprender sobre o processo de escravatura, eles possam conhecer as narrativas de teóricos negros, relembrando o trecho do samba enredo “História Para Ninar Gente Grande”, criado pela Estação Primeira de Mangueira no ano de 2019 que diz “Brasil, chegou a vez de ouvir as Marias, Mahins, Marielles, malês” (Mangueira, 2019).

Após a homologação da Lei n.10639/03, a partir do ano de 2003, já é possível observar o crescimento da produção e circulação de materiais que mencionam a existência do povo preto não apenas com ex-escravizados passivos e sem conhecimento, mas agora como quem tem vez, lugar, pensamento político e voz, indivíduos que possuem história que precisa ser contada.

Muito se lê sobre o que se acha que poderia ser o pensamento de meus ancestrais, mas pouco se dialoga com seus próprios escritos e atos. Assim, após a lei se tornou mais fácil o acesso a pesquisas que nos possibilitam conhecer uma parte apagada dos livros didáticos e das próprias pesquisas em História da Educação, como alerta a historiadora Surya Pombo Barros (2016):

[...]É possível verificar que, ainda que de forma desigual quando comparada a outros segmentos, a população negra não esteve ausente do processo de institucionalização da educação ao longo do século XIX, graças a iniciativas particulares como irmandades ou associações, à frequência a aulas ministradas por mestres particulares – pagas pelas próprias famílias negras ou por pessoas brancas –, ou à presença como alunos de escolas públicas ou particulares. [...] (Barros, 2016, p. 593)

Portanto, essa pesquisa visa compreender como pesquisas científicas que estudaram o processo de instrução e domínio da cultura letrada por escravizados, negros fugitivos, forros e libertos no século XIX contribuem para o rompimento do senso comum que desconhece o fato de que, no Brasil, mesmo antes do fim da escravização havia pessoas alfabetizadas entre os afrobrasileiros e africanos que aqui habitavam. Pauta que pode favorecer um outro olhar na nossa formação acadêmica, em especial nas licenciaturas, que nitidamente precisam ter um currículo reformulado de maneira que retratem e recordem um Brasil contado por povos subalternizados que fazem parte de mais da metade da população nacional, agregando representatividade e respeito na educação básica e superior, decolonizando as escolas, as universidades e os conhecimentos, promovendo justiça epistêmica.

De modo geral, esse estudo tem como objetivo levantar e analisar pesquisas científicas que erradicuem o estigma da população negra (escravizados, libertos e forros) como sem domínio da leitura e escrita durante o século XIX. Além disso, tem o papel de visibilizar o protagonismo de personalidades negras que foram esquecidas ou silenciadas, por meio da compreensão do significado das lutas desses povos pelo direito de dominar a leitura e escrita, e seu uso tanto em práticas cotidianas, quanto em ações políticas contra a escravidão e o racismo e pela igualdade de oportunidades. Ao realizar um levantamento bibliográfico e documental por meio de artigos e livros como aqueles que motivaram a proposição desta pesquisa, pretendemos contribuir para o desenvolvimento da almejada formação antirracista.

Para apresentar o caminhar e as descobertas que resultaram neste TCC, organizamos nossa monografia em duas seções, além da introdução e das considerações finais. Na segunda seção, justificamos a opção pela pesquisa bibliográfica, apresentamos os passos de seu desenvolvimento, para daí, sintetizar as produções científicas selecionadas para alcançar a compreensão do objetivo de nossa pesquisa. Na terceira seção, elaboramos uma análise mais detalhada das produções selecionadas, discutindo quatro categorias: fontes primárias utilizadas nas pesquisas, onde estas fontes foram localizadas, as oportunidades de acesso à cultura letrada pela população negra do século XIX e a luta de personagens negros para sua inclusão nas escolas e na cultura letrada. Por fim, discutimos como estas pesquisas e fontes contribuem para a desconstrução do estigma dos escravizados, libertos e forros do século XIX como população passiva, analfabeta, alheia à cultura letrada.

2. EM BUSCA DE PESQUISAS E HISTÓRIAS DO ACESSO DO POVO PRETO À CULTURA LETRADA NO SÉCULO XIX

Escrever, portanto emerge como um ato político.

Escrever é um ato de descolonização

(Kilomba, 2019)

Iniciamos essa seção inspiradas nas palavras da autora afro-alemã Grada Kilomba, por concordarmos com a autora, que citando bell hooks, reforça que ideia e prática da escrita, é quase como uma obrigação moral, incorpora a crença de que a história pode “ser interrompida, apropriada e transformada através da prática artística, literária e, acrescentamos, científica.

Kilomba (2019) reforça a importância da escrita ao afirmar que escrever contra significa falar contra o silêncio e a marginalidade criados pelo racismo. Essa é a metáfora que ilustra a luta das pessoas colonizadas para acessar a representação dentro de regimes brancos dominantes. Daí a necessidade de escrever no sentido de transgredir ao que está posto.

Dessa forma, escrevemos essa seção, organizada em dois tópicos, intitulados: “2.1 Primeiras pistas da pesquisa” e “2.2 A pesquisa bibliográfica e seus achados”. O primeiro tópico, “Primeiras pistas da pesquisa” aborda as primeiras pistas que mobilizaram a realização desta investigação e descrever o caminho trilhado até a elaboração de nosso problema de pesquisa, além de apontar as obras que causaram reflexões em relação à temática.

O segundo tópico, “A pesquisa bibliográfica e seus achados”, justifica e define a pesquisa bibliográfica aprofundando a metodologia utilizada para a coleta dos dados que possibilitaram a compreensão de nosso problema, e o que foi possível encontrar por meio dela.

2.1 Primeiras pistas da pesquisa

Paulo Freire e os professores e as professoras com quem ele dialogava, por mais que possam ser considerados/as pensadores/as contemporâneos/as, nos deixaram escritos atemporais. Por exemplo, a reflexão elaborada pelo professor chileno Ernani Maria Fiori, no prefácio da primeira edição do livro *Pedagogia dos Oprimidos* de Paulo Freire por ele registrada no livro *Pedagogia do Oprimido*: "[...] talvez seja este o sentido mais exato da alfabetização: aprender a escrever a sua vida, como autor e como testemunha de sua história,

isto é, biografar-se, existenciar-se, historicizar-se [...]" (Fiori, 1967). Ela agrega aos nossos estudos um pensar sobre a alfabetização que vai além de reunir letras para que só assim forme uma palavra. Ele menciona a escrita e a leitura como parte de uma história, aquela que pode ser contada pelo indivíduo como protagonista. Durante o processo de aprender a ler e escrever é quase impossível deixar de lado a cultura em que está inserido, os costumes e tradições que estão situadas no cotidiano.

Ligado a isso, quando descobrimos que entre as pessoas escravizadas havia alfabetizados/as, nos deparamos com diferentes experiências relacionadas com o contexto em que eles estavam inseridos/as. Há aqueles que aprendiam a ler com seu senhor, outros que aprendiam a ler através de aulas secretas com os seus, outros que eram autodidatas e aprendiam por meio da observação do cotidiano, entre outras incontáveis experiências que, apenas por meio de pesquisas aprofundadas em fontes diversas, se é possível conhecer. Apesar de não ser possível esquecer que nem tudo era belo, das violências da escravização que tentava expropriar a própria humanidade das pessoas pretas, é preciso reconhecer a potência do ato de tomar posse de um bem que seja seu, mesmo que este não seja físico, para utilizá-lo conforme seus interesses. Isto é, a posse da cultura letrada muda a realidade do corpo que só tem utilidade quando é objetificado para determinada função exigida por seu senhor. Portanto, nada mais justo do que dominarem a escrita e a leitura em favor de si e contar sua própria versão da história.

Na coletânea “Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista”, organizada Mac Cord; Moreira; Gomes (2017) são narradas e analisadas numerosas trajetórias de que viveram durante o século XIX e as primeiras décadas do pós escravização. Dentre elas, o historiador Alexandre Brito Ribeiro Neto narrou a luta dos libertos em Vassouras (RJ) que enviaram uma carta para o jornalista Ruy Barbosa, no ano de 1889, reivindicando o direito à instrução escolar para seus filhos:

Os libertos do Paty do Alferes, por nós representados protestam contra o meio indecente de que o governo quer lançar mão e declaram aproveitando esta ocasião, que não aderem a semelhante conluio e que até agora sugado pelo governo do Império querem educação e instrução que a Lei de 28 de setembro de 1.871, lhes concedeu. O governo continua a cobrar o imposto de 5% adicionaes, justo é que esse imposto decretado para o fundo d'emancipação dos escravos reverta para a educação dos filhos dos libertos. É para pedir o auxílio da inspirada Penna de Va. Excia., que tanto influiu para a nossa emancipação, que nos dirigimos a Va. Excia. (Carta a Rui Barbosa, 1889, p. 1 apud Mac Cord; Moreira; Gomes, 2017, p. 185).

A carta foi endereçada a Ruy Barbosa que naquele período (final do império e início da república) participava da política institucional, era defensor do fim da escravização e

também se tornava presença importante na organização da educação nacional. Seria esse um o destinatário bem pensado pelos libertos, para que sua carta tivesse maior visibilidade - outro ponto em que é possível notar a sabedoria dos forros em suas lutas.

Pouco se deixa explícito sobre a identidade dos que escreveram e assinaram a carta, mas, em um estudo aprofundado, Iamara da Silva Viana (2020) comenta sobre quem possivelmente poderia ter sido um deles - Quintiliano Avellar, o único que se descreve como preto em sua assinatura. Ao analisar outros documentos do periódico “O Vassoureense”, a autora encontra duas possíveis identidades, ambas vindas de famílias conhecidas e atuantes da política local, o que de fato pode ter contribuído para a alfabetização de Quintiliano e inclusive em seu pensamento político.

Em outro trecho da carta, os libertos do Paty Alferes argumentam que “a Lei de 28 de setembro de 1.871 [lei do Ventre Livre] foi burlada e nunca posta em execução quanto a parte que tratava da educação dos ingênuos. Nossos filhos jazem imersos em profundas trevas. É preciso esclarecê-los e guiá-los por meio da instrução (Carta a Rui Barbosa, 1889, p. 1 apud Mac Cord; Moreira; Gomes, 2017, p. 185). Nesse trecho, eles enfatizam a necessidade que os seus filhos (denominados ingênuos) possuem de serem alfabetizados e retirados das “profundas trevas”. O que demonstra o interesse pela educação escolar e o poder que ela representava, o significado que eles agregam aquela que poderia proporcionar um futuro favorável para seus descendentes, uma alteração em seus destinos, aprendendo como direito de todos e proporcionando uma vida nova, distante do passado de “trevas”. Em toda a carta eles ainda evidenciam seus conhecimentos da Lei do Ventre Livre de 1871, cujos direitos nela assegurados para as crianças nascidas após a data de sua publicação, quase 20 anos depois, ainda não tinham sido concretizados.

O desenrolar dessa carta já se pode prever conforme o desenvolvimento da história do Brasil, mas é válido mencionar a existência de inúmeras histórias que complementam a ideia de que entre escravizados, libertos ou forros existiam aqueles que já dominavam a cultura letrada e a utilizavam para fortalecer suas lutas, desconstruindo o que ainda hoje é ensinado sobre o analfabetismo generalizado entre a população negra do século XIX.

Dentre estas histórias, a que de certa forma é mais comentada nos livros de História da Educação Básica, porém não enfatizada devido aos padrões eurocêntricos do ensino brasileiro, é a Revolta de Malês que aconteceu na Bahia e tem esse nome devido à ação dos escravizados e libertos islamizados que realizaram uma revolta, entre os dias 24 e 25 de janeiro, no ano de 1835. Os islamizados sabiam ler e escrever em árabe, o que causou um tremendo terror na elite que ficou amedrontada com a proporção que poderia tomar um

movimento organizado por pessoas que sabiam registrar suas propostas e, portanto divulgá-las entre sujeitos que não viviam no mesmo espaço. Foram encontradas cartilhas no Rio de Janeiro, que convidavam e orientavam outros a estarem presentes na revolta. Após esse episódio, as autoridades dobraram seus cuidados no que se referia a circulação de escritos, livros e cartilhas pertencentes à escravizados libertos.

Luta, resistência e escrita, quantas vezes são mencionados os documentos e alternativas utilizadas pelos povos escravizados na sala de aula de formação da docência? Quantos graduandos, de maneira especial os de licenciatura, ainda acreditam que a população negra só se iniciou no processo de alfabetização e letramento⁴ depois que o negro, no século XX, teve direito de se matricular na escola formal? Se é que recordam de que eles eram proibidos de ingressar nas escolas e como isto gerou desigualdade de oportunidades entre brancos e negros que constituem a população brasileira.

Hoje, com a Lei 10.639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e instituiu como obrigatório o estudo da cultura e história afrobrasileira na educação básica, além de acrescentar ao calendário escolar o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro – dia escolhido em homenagem a Zumbi dos Palmares, já é possível observar mudanças neste cenário de esquecimentos. Ligado a isso, tornou-se mais fácil o acesso a materiais que preenchem o currículo de informações e recomendações, necessárias para que seja mudado o perfil escravista do país, o último da América a colocar fim à escravização que carrega consigo o racismo em sua estrutura, graças a um final de escravização que não foi acompanhado de políticas de reparação e inclusão social para o libertos, que abandonou os ex-escravizados à própria sorte.

A partir destas primeiras pistas sobre o nosso tema de pesquisa, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica na busca por artigos científicos que registrassem outras investigações sobre a presença da população negra no processo de escolarização e domínio da cultura letrada no Brasil do século XIX.

⁴ Segundo Magda Soares (2004), a alfabetização é “entendida como processo de aquisição e apropriação do sistema da escrita, alfabético e ortográfico; [...] como decorrência, a importância de que a alfabetização se desenvolva num contexto de letramento – entendido este, no que se refere à etapa inicial da aprendizagem da escrita, como a participação em eventos variados de leitura e de escrita, e o consequente desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais que envolvem a língua escrita, e de atitudes positivas em relação a essas práticas”.

2.2 A pesquisa bibliográfica e seus achados

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica por meio de artigos científicos localizados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre os meses de dezembro/2024 a março/ 2025.

A Pesquisa Bibliográfica visa o contato com um determinado tema de estudo por meio do levantamento de documentos escritos ou não, como é descrito no livro Fundamentos de Metodologia Científica das autoras Marconi e Lakatos (2003). Elas enfatizam que para além das dissertações, teses e livros, as fontes da pesquisa bibliográfica podem também englobar produções feitas para meios de comunicação oral, dentre eles filmes e programas de rádio. Sendo assim, com auxílio destas fontes destacadas, especialmente as escritas, o objetivo desta metodologia é sintetizar conhecimentos acumulados sobre um tema, através da análise e avaliação do que já foi produzido, o que contribui para o desenvolvimento de novas pesquisas. É importante destacar o que menciona Marconi e Lakatos (2003) quando falam sobre essa não ser uma repetição sobre aquilo que já está escrito, mas sim uma forma de utilizar os materiais já finalizados como fonte de pesquisa e dar a oportunidade para aprimorar uma nova pesquisa de forma inovadora.

Neste caso, assim como mencionado inicialmente, no Portal de Periódicos da CAPES, em seu vasto acervo, realizamos a busca das fontes desta pesquisa que objetiva evidenciar artigos que comprovem, por meio de registros, o domínio da leitura e escrita entre a população preta (escravizados, libertos e forros) durante o período oitocentista. Para delimitar a busca, foram selecionados artigos científicos publicados entre os anos 2003 até 2024.

O ano de 2003 foi escolhido como marco inicial da pesquisa uma vez que esse é o ano em que é sancionada a Lei 10.639/03 que altera as diretrizes e bases da educação nacional, e inclui ao currículo escolar a obrigatoriedade de trabalhar a da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" em escolas públicas e privadas de todo o país. Essa é uma das mais importantes leis que possibilita a visibilidade do protagonismo dos afrobrasileiros na história e na cultura, dentro da sala de aula. Mesmo que tardia, e por vezes poderia ser considerada desnecessária, já que deveria ser óbvia a necessidade de trabalhar em sala de aula de maneira decolonial independente da disciplina, esse é um marco fundamental de toda a luta do

movimento negro; esse que assim como menciona Nilma Lino Gomes, em seu livro O Movimento Negro Educador:

[...] ressignifica e politiza a raça, compreendendo-a como construção social. Ele reeduca e emancipa a sociedade, a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a diáspora africana. (Gomes, 2017, p. 38.)

Um movimento que ensina e vivencia cotidianamente o racismo estrutural forjado desde a saída forçada dos povos africanos de suas casas e a falta de políticas de reinserção social de seus descendentes no contexto da escravização e do seu fim. Kilomba (2019) caracteriza o racismo estrutural, que é aquele em que as pessoas negras estão excluídas da maioria das estruturas sociais e políticas. Como possibilidade de problematizar esse fato, a lei 10.639/2003 traz consigo uma trajetória de luta contínua que agrupa à educação uma ampliação daquilo que deve ser ensinado às crianças, jovens e adultos, com intuito de minar essa estrutura colonial.

Por mais que esta lei seja voltada para a educação básica, é possível constatar positivamente sua influência nos estudos acadêmicos, principalmente nos cursos de formação de professores/as, esses que serão responsáveis pela efetivação da lei na sala de aula. Desde então, atualmente, cerca de 21 anos depois, é possível notar uma vasta gama de materiais didáticos e pesquisas desenvolvidas sobre a história e cultura dos povos africanos e dos afrobrasileiros, o que faz com que os estudantes de graduação encontrem, mesmo que de forma reduzida se comparado com o conteúdo relacionado às experiências educacionais de homens brancos, escritos sobre a luta da população preta para ter acesso à cultura letrada. Vale mencionar que esse foi apenas uma dentre tantas outras conquistas já asseguradas pelo povo preto e que abre caminhos para a descolonização do saber.

Por fim, é então selecionado o ano de 2024, por ser este o ano em ocorre parte do desenvolvimento da pesquisa.

Além disso, o período oitocentista é utilizado como cenário para este estudo mesmo que ainda estejam escassas as pesquisas que contemplam esse eixo na História da Educação. Atualmente, é notório o aumento de estudos na área de História da Educação Nacional sobre o contexto de pessoas escravizadas e libertas, embora de forma tardia. Assim, a investigação por nós realizada tem o papel de evidenciar a quantidade, ainda que minoritária, de produções

existentes. Ao longo da pesquisa, foi encontrado indícios da existência de muitas fontes históricas que ainda podem ser exploradas por novas pesquisas.

Logo, para encaminhar as pesquisas realizadas no Portal, criamos palavras-chave, essas que permeiam o universo de estudo sobre o povo negro e associa sua relação com a educação e alfabetização no período especificado. Assim, fizemos as buscas no portal com um conjunto de descritores elencados no quadro 1, que também registra quantas referências bibliográficas recuperadas no uso de cada conjunto. Vale destacar que utilizamos a palavra “escravo” que, na contemporaneidade, é criticada pelo movimento negro por naturalizar uma situação criada pela violência dos colonizadores, porque, devido ao nosso marco temporal, era um termo utilizado para caracterizar o grupo dos negros escravizados.

Quadro 1 - Descritores utilizados na busca e resultados encontrados

Repositório pesquisado	Descritores utilizados na busca	Referências Recuperadas	Referências selecionadas por título/resumo
Portal de Periódicos da CAPES	Século XIX AND educação AND população negra	22	4
	educação AND população AND negra AND século XIX	24	1
	Escravizados AND educação	90	1
	Escravizados AND alfabetização	2	1
	letramento AND escravizados	5	4
	Escravos AND educação	273	6

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa com base em busca realizada no Portal da Capes entre os meses de dezembro/2024 a março/2025.

Dentre as estratégias de seleção do que ler entre os mais de 300 resultados encontrados, utilizamos como critérios de exclusão tanto artigos publicados fora do período de 2003 e 2024, quanto aqueles que não abordassem diretamente o tema do letramento da população preta no século XIX. Dessa forma, lemos o título e/ou resumo de cada resultado apresentado pelo sistema de busca do Portal de Periódicos da Capes e, assim, chegamos ao total de 18 artigos. Após a leitura completa destes 18 artigos, excluímos cinco deles pois se distanciaram da abordagem decolonial, ou seja, foram embasados tão somente por referências históricas de homens e brancos, que por mais que tenham vivenciado e escrito durante o século XIX, não exploram fontes primárias nem para elaborar suas obras sobre os escravizados, libertos ou forros contemporâneos a eles.

É necessário mencionar que esse trabalho tem como principal objetivo articular os artigos encontrados para sistematizar a existência de escritos de autoria de pessoas racializadas em um momento em que sua presença era indesejada nos ambientes educacionais. Além disso, foram também utilizados como meios de contextualização, leis e jornais que mesmo sendo escritos por pessoas brancas, nos permitiram encontrar pistas do domínio da cultura letrada por pessoas negras. Assim, optamos por priorizar pesquisas que, diferente do que é comumente contemplado pela academia, acrescente ao repertório histórico da educação, cor aos documentos educacionais. Dito isso, se faz incoerente agregar narrativas de pessoas brancas e seus escritos, como fontes principais de pesquisas que apenas informam a sua presença nesse período e não levam tanto em consideração a realidade vivenciada por pessoas pretas, ou que apresente discursos que em prevalecem a visão deles como heróis.

No Quadro 2, apresentamos os dados dos artigos selecionados.

Quadro 2 - Resultado Final do Levantamento Bibliográfico

Autor/a(s)	Título do Artigo	Título e número da revista em que foi publicado	Ano de publicação
Marcus Vinícius Fonseca	O PREDOMÍNIO DOS NEGROS NAS ESCOLAS DE MINAS GERAIS DO SÉCULO XIX	Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 35, n.3.	2009
Mariléia dos Santos Cruz	A EDUCAÇÃO DOS NEGROS NA SOCIEDADE ESCRAVISTA DO MARANHÃO PROVINCIAL	Outros Tempos – Pesquisa em Foco - História v. 6, n.8)	2009
Delton Aparecido Felipe e Teresa Kazuko Teruya	A EDUCAÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL	Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 64.	2015
Itacir Marques da Luz	IRMANDADE E EDUCABILIDADE: UM OLHAR SOBRE OS ARRANJOS ASSOCIATIVOS NEGROS EM PERNAMBUCO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX	Educação em Revista, Belo Horizonte, v.32, n.03.	2016
Maria Helena Camara Bastos	A EDUCAÇÃO DOS ESCRAVOS E LIBERTOS NO BRASIL: VESTÍGIOS ESPARSOS DO DOMÍNIO DO LER, ESCREVER E CONTAR (SÉCULOS XVI A XIX)	Cadernos de História da Educação, v.15, n.2	2016
Ricardo Costa de Sousa	PRÁTICA DE ESCRITAS DE INTELECTUAIS NEGROS NO PERIÓDICO “O EXEMPLO”	Revista de Estudos de Cultura, n.9	2017
Alexandra Lima da Silva	CAMINHOS DA LIBERDADE: OS SIGNIFICADOS DA	Revista Brasileira de Educação, v. 23	2018

	EDUCAÇÃO DOS ESCRAVIZADOS		
Surya Aaronovich Pombo de Barros	SER NEGRO NA PARAHYBA DO NORTE: CORES, CONDIÇÕES, QUALIDADES E UNIVERSO LETRADO NO SÉCULO XIX	Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v. 44, n. 3.	2018
Iamara da Silva Viana, Alexandre Ribeiro Neto e Flávio Gomes	ESCRITOS INSUBORDINADOS ENTRE ESCRAVIZADOS E LIBERTOS NO BRASIL	Estudos Avançados, v. 33, n. 96	2019
Alexandre Ribeiro Neto	UM LEVANTE POR MEIO DA ESCRITA: A CARTA DA COMISSÃO DE LIBERTOS DE PATY DO ALFERES PARA RUI BARBOSA	Revista Educação e Cultura Contemporânea, v. 17, n. 49	2020
Iamara da Silva Viana e Flávio dos Santos Gomes	LETRAMENTO, ESCRAVIDÃO E MOCAMBOS: LIVROS ENCONTRADOS EM UM RANCHO QUILOMBOLA NO ESPÍRITO SANTO OITOCENTISTA	Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura, Campinas, v. 28	2020
Eliane Peres	A APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA ENTRE NEGRAS E NEGROS ESCRAVIZADOS NO BRASIL: AS VÁRIAS HISTÓRIAS DOS “SEM ARQUIVOS”	Cadernos de História da Educação, v.19, n.1	2020
Iza Andrielle Batista Duarte Madeira, Alberto Damasceno e Karla Nazareth Corrêa de Almeida	EDUCAÇÃO COMO EXPERIÊNCIA DE "ESCRAVOS FUGIDOS" EM JORNais PARAENSES	EccoS – Revista Científica, n.70.	2024

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa com base em busca realizada no Portal da Capes entre os meses de dezembro/2024 a março/2025.

Os artigos selecionados foram fundamentais para a ampliação de repertório e perspectivas que trouxeram debates por vezes não mencionados pela academia quando aborda a existência de pretos letRADOS durante o período escravista, do século XIX.

No artigo “O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX”, Fonseca (2009) analisa a quantidade de pessoas pretas presentes tanto nas salas de instrução da província mineira, como em funções de prestígio como: juiz de paz, delegados ou mesmo mestre-escola, nas décadas de 20 a 50 do século XIX.

O artigo “A educação dos negros na sociedade escravista do Maranhão provincial” (Cruz, 2009) faz uma análise semelhante à de Fonseca (2009), mas utilizando dados da província do Maranhão.

No texto “A Educação da População Negra Brasileira na Formação da Identidade Nacional”, os autores Felipe e Teruya (2015) socializam informações políticas e históricas sobre a mudança de Império para República e enfatizam a importância da educação como perspectiva de melhoria do único bem da população negra no Brasil, a vida.

Por meio dos escritos de Luz (2016), encontramos as irmandades em Pernambuco, que tinham um caráter de cunho religioso e organizacional, como espaços não formais de ensino da leitura e da escrita.

Bastos (2016) introduz seu artigo, utilizando a pesquisa de Barros (2015) para fazer uma crítica às pesquisas no âmbito da História da educação. Além disso, diferente dos outros artigos, este traz consigo mais do que o repertório histórico, aborda também sobre pessoas pretas que por meio da leitura e escrita puderam exercer funções de prestígio.

Sousa (2017) utiliza o jornal “O exemplo” como fonte de pesquisa para verificar a prática de escrita de intelectuais negros durante o período final do século XIX. Este jornal publicado em Porto Alegre se destacava por ser escrito por libertos e continha um conteúdo que era quisto por essa parcela da população.

Em “Caminhos da liberdade: os significados da educação dos escravizados”, Silva (2018) desenvolve estudos que, além de comprovar a existência de pessoas negras alfabetizadas durante o século XIX, discute a importância do domínio da escrita e leitura para que os libertos pudessem votar, se informar por meio da leitura de jornais, escrever uma carta de maneira crítica para lutar por seus direitos.

Autora referência nos estudos sobre escravizados na história da educação nacional e destaque dentre as referências mais citadas dos artigos que aqui estão selecionados, Barros (2018), em seu artigo, analisa as nomenclaturas registradas em jornais e anúncios de compra e venda de escravizados para evidenciar as chamadas “qualidades” utilizadas para caracterizá-los: negro, preto, crioulo, fulo, mulato, cabras, entre outros que são detalhadamente explicados pela autora. Por meio destas definições é possível compreender, para além da diversidade dentre as pessoas pretas, a existência de “privilégios” por trás de suas diferenças. Assim, pessoas com a pele menos retinta, tinham maiores oportunidades de trabalho e estudo do que uma pessoa retinta. Para além disso, surgiu como um guia para que pudéssemos localizar nos demais documentos as características indicadas e assim associar, a diversidade de nomenclaturas e também o lugar que essa pessoa seria encaixada naquela sociedade.

Em “Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil”, os autores Viana, Ribeiro Neto e Gomes (2019) constituem seu texto por meio de escritos fundamentais

para o reconhecimento dos pensamentos de liberdade expressos nas vivências de africanos, crioulos, livres, libertos e escravizados, nas províncias da Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro.

Ribeiro Neto (2020) elabora um artigo que apresenta as vivências por trás da carta escrita pela Comissão organizada por pais dos Libertos pela Lei do Vento Livre em 1871 na cidade de Paty do Alferes, para Rui Barbosa, atuante político na luta pelo fim da escravização. Estes dois últimos artigos são um recorte da pesquisa também publicada em capítulo no livro organizado por Mac Cord; Moreira; Gomes (2017), mencionado no tópico 2.1.

Viana e Gomes (2020) trazem como fonte um registro policial que comprova o domínio da leitura e escrita por um negro aquilombado e analisa a socialização entre pretos e os povos originários, inclusive para o ensino da leitura e escrita. O artigo evidencia, assim, a existência de dinâmicas sociais que não giravam em torno das casas brancas, o aquilombamento. Ele também faz menção aos “caborés”, essa que é a denominação dada a pessoas filhas da miscigenação entre os dois povos anteriormente citados, desmistificando a ideia de que apenas pessoas pretas residiam em quilombos. A pesquisa contribuiu para a compreensão de como a cultura letrada também era usada para partilhar ideias entre pessoas com identidades e culturas que se diferenciavam da elite branca.

Peres (2020) realiza um compilado de anúncios e avisos que comprovam diferentes oportunidades de aprendizagem da leitura e da escrita por pessoas pretas no século XIX: por meio do ensino promovido por padres, quando escravizados acompanhavam as crianças brancas ricas na escola, o ensino de ofícios para escravizadas.

Madeira, Damasceno e Almeida (2024), por meio da análise de anúncios dos jornais paraenses Gazeta Oficial e A Constituição, abordam como os “escravos de ganho” também aprendiam e utilizam a escrita e a leitura.

Em linhas gerais, as produções analisadas tem como objetivo central desmistificar a ideia de analfabetismo generalizado entre a população negra durante o período escravista no Brasil do século XIX. Evidenciam, de diferentes maneiras, a existência de pretos letrados e as formas pelas quais esse letramento se manifestava e era utilizado. Outro ponto de convergência é o interesse em compreender o papel da educação (formal e não formal) na vida da população negra, seja como forma de ascensão social, de resistência, de formação de identidade ou de exercício de direitos.

Um ponto diferente refere-se ao espaço geográfico e a cronologia. Enquanto Fonseca (2009) concentra-se em Minas Gerais e Cruz (2009) no Maranhão, outros trabalhos expandem o olhar para Pernambuco (Luz, 2016), Porto Alegre (Sousa, 2017), Bahia,

Maranhão e Rio de Janeiro (Viana, Ribeiro Neto e Gomes, 2019), Paty do Alferes (Ribeiro Neto, 2020) e Pará (Madeira, Damasceno e Almeida, 2024). Essa diversidade regional enriquece a compreensão do fenômeno do letramento negro em diferentes contextos do Brasil escravista. Enquanto ao recorte cronológico de cada estudo, a maioria se concentre no século XIX. Felipe e Teruya (2015) abrangem a transição do Império para a República, enquanto outros se detêm em décadas específicas (como Fonseca, 1820-1850) ou no final do século (como Sousa).

As pesquisas se distinguem nas fontes primárias que mobilizam. Fonseca (2009) e Cruz (2009) analisam a presença de negros em escolas e em funções de prestígio a partir de dados da instrução pública por meio de dados quantitativos e registros escolares.

Sousa (2017) utiliza o jornal "O Exemplo" como fonte central para analisar a produção escrita de intelectuais negros. Madeira, Damasceno e Almeida (2024) exploram anúncios em jornais paraenses. Barros (2018) também se baseia em anúncios de compra e venda de escravizados, recorrem a jornais. Luz (2016) investiga o papel das irmandades religiosas como espaços de ensino não formal, por meio de documentos de irmandades. Viana, Ribeiro Neto e Gomes (2019) e Ribeiro Neto (2020) analisam cartas e outros escritos produzidos pela própria população negra, recorrem a escritos de escravizados e libertos: Viana e Gomes (2020) utilizam um registro policial para evidenciar o letramento em um contexto de aquilombamento. Por fim, Peres (2020) reúne uma variedade de anúncios que indicam oportunidades de aprendizado para pessoas pretas.

Ressaltamos que em relação à metodologia, a maioria dos trabalhos se enquadra na pesquisa histórica, com análise documental como principal ferramenta. No entanto, Bastos (2016) se diferencia ao apresentar uma crítica historiográfica a outras pesquisas na área, utilizando a pesquisa de Barros (2015) como ponto de partida para essa reflexão. Silva (2018) também se destaca por aprofundar a discussão sobre o significado do letramento para a autonomia e a luta por direitos dos libertos. Felipe e Teruya (2015) adotam uma abordagem mais ampla, conectando a história da educação da população negra com a formação da identidade nacional.

No Quadro 3, nos detemos nas reflexões sobre as diferentes regiões onde cada artigo foi publicado. Dentre as cinco regiões do Brasil, a única região em que não encontramos artigos para nossa pesquisa foi a região Centro-oeste. Nas outras quatro regiões, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, foram publicados entre cinco e seis artigos em cada uma delas.

Quadro 3 - Relação de artigos publicados por regiões do Brasil e Universidades

Região	Estado	Instituição
Sudeste (5)	Minas Gerais	UFOP (1)
	Rio de Janeiro	UERJ (3), UFRJ (1)
Nordeste (3)	Ceará	Unilab (1)
	Maranhão	UFMA (1)
	Paraíba	UFPB (1)
Sul (5)	Rio Grande do Sul	UFRGS (1), UFPel (1), PUCRS (1), UEM (1), UEPR (1)
Norte (1)	Pará	UFPA (3)
Centro Oeste (0)	Nenhum Estado	Nenhuma Universidade

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa com base em busca realizada no Portal da Capes entre os meses de entre os meses de dezembro de 2024 e abril de 2025.

O número de universidades da região sul, especialmente dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, que publicam artigos sobre a educação da população preta no século XIX, desmistifica o senso comum sobre a ausência de pessoas não brancas na região. Conforme o último censo, a região Sul é composta por 21,7% de pessoas pardas e 5% de pessoas pretas (Belandi; Gomes, 2022). Esta é uma região em que o índice de denúncias sobre o racismo tem crescido, o que pode ter relação com o aumento da preocupação de pesquisar a história de opressão e resistência das pessoas pardas e pretas.

Com base nas informações aqui apresentadas, no tópico a seguir analisaremos os textos científicos selecionados e sintetizados, o que contribuirá para a compreensão do nosso problema de pesquisa com base nas categorias que delinearam a leitura dos artigos escolhidos na pesquisa bibliográfica: fontes utilizadas na pesquisa; localidades estudadas nas pesquisas; oportunidades de acesso à cultura letrada; a luta de personagens negros para inclusão de seu povo nas escolas e na cultura letrada.

3. A CULTURA LETRADA ENTRE A POPULAÇÃO PRETA DO SÉCULO XIX

*[...] não somos “pessoas desaparecidas”, mas sim
“pessoas falantes”, sujeitos falantes que estão transformando a
teoria
(Kilomba 2019)*

Inspiradas em Kilomba (2019), compreendemos que a luta contra o silenciamento e subalternização das pessoas negras, é um ato de resistência histórico. Dessa forma, o objetivo dessa seção consiste em compreender como pesquisas científicas que estudaram o processo de instrução e domínio da cultura letrada por escravizados, negros fugitivos, forros e libertos no século XIX contribuem para o rompimento do senso comum que desconhece o fato de que, no Brasil, mesmo antes do fim da escravização havia pessoas alfabetizadas entre os afrobrasileiros e africanos que aqui habitavam.

Neste sentido, ela é dividida em cinco tópicos. Os quatro primeiros analisam os estudos sobre o domínio da cultura letrada pela população preta com base nas categorias definidas para a pesquisa: fontes primárias utilizadas nas pesquisas, onde estas fontes foram localizadas, as oportunidades de acesso à cultura letrada pela população preta do século XIX e a luta de personagens negros para inclusão de seu nas escolas e na cultura letrada. O último discute como estas pesquisas e fontes contribuem para a desconstrução do estigma dos

escravizados, libertos e forros do século XIX como população passiva, analfabeta, alheia a cultura letrada.

3.1 Exemplos de fontes primárias utilizadas nas pesquisas

No campo da pesquisa histórica, as fontes primárias constituem o material original produzido no período investigado, oferecendo um contato direto com o passado. Segundo Bloch (2001, p. 75), a fonte é "o testemunho, voluntário ou involuntário, de um fato passado". Le Goff (2014, p. 103) complementa essa definição, enfatizando que a fonte primária é um vestígio do passado que não sofreu interpretação ou análise posterior, sendo fundamental para a construção do conhecimento histórico a partir da perspectiva da época estudada. Essas fontes podem assumir diversas formas, como documentos textuais (cartas, diários, leis, jornais), iconográficos (fotografias, pinturas), materiais (objetos, vestimentas) e orais (depoimentos, entrevistas), cada qual demandando um rigoroso processo de análise e contextualização por parte do pesquisador.

Ao analisar os artigos selecionados na pesquisa bibliográfica , identificamos que as principais fontes históricas utilizadas para analisar o domínio da cultura letrada pela população preta do século XIX foram: jornais (Barros, 2018; Madeira, Damasceno e Almeida, 2024; Ribeiro Neto, 2020; Peres, 2020; Silva, 2018; Sousa, 2017), dados quantitativos (Bastos, 2016; Fonseca, 2009; Peres, 2020), legislação (Barros, 2016; Cruz, 2009; Felipe e Teruya, 2015; Luz, 2016), procurações (Ribeiro Neto, Viana e Gomes, 2019), cartas (Bastos, 2016; Cruz, 2009; Ribeiro Neto, 2020), anúncios (Madeira, Damasceno e Almeida, 2024; Peres, 2020; Sousa, 2017), relatos de viagem (Fonseca, 2009).

Durante a análise dos documentos, pudemos observar que, dentre as fontes mais utilizadas, os jornais publicados no século XIX se destacam como um material referência para pesquisar o letramento de negros/as libertos/as ou escravizados/as. Jornais como: *Gazeta Oficial* (1858-1860, Província do Pará) e *A constituição* (1876-1884, Província do Pará) , *A Federação* (1885, Porto Alegre), *O Exemplo* (1892 a 1930, Porto Alegre), *Diario do Rio de Janeiro* (1821 - 1826, Rio de Janeiro), *Idade D'Ouro do Brazil* (1813 - 1819, Bahia), *Gazeta do Rio de Janeiro* (1814 - 1821, Rio de Janeiro), *Jornal Caxiense* (1816, Rio de Janeiro), *O Publicador Oficial* (1833, Rio de Janeiro), *Jornal do Commercio* (1827 - 1888, Rio de Janeiro), *Gazeta Nacional*, (1887, Rio de Janeiro), *O Fluminense* (1880 - 1888, Rio de Janeiro), *O Paiz* (1885, Rio de Janeiro), *Gazeta da Tarde* (1881 - 1888, Rio de Janeiro), *Diario da Paraíba* (1864, Paraíba),*Gazeta do Sertão* (1889, Paraíba), *O Governista*

Parahybano (1850, Paraíba), *O Liberal Parahybano* (1864 - 1883, Paraíba), *O Publicador* (1864 -1869, Paraíba) entre outros documentos do gênero jornalístico que ainda hoje podem ser encontrados em arquivos públicos ou até digitalizados. Um exemplo de acervo mencionado em alguns dos textos é a Hemeroteca Nacional⁵, meio online de acesso a periódicos.

Vale mencionar que, entre estes jornais pesquisados, um deles era editado por jornalistas pretos: o jornal *O exemplo*, na cidade de Porto Alegre que circulou durante os anos de 1892 a 1930, mencionado por Sousa (2017). Esse periódico se destacava por ser escrito por libertos e continha um conteúdo que era quisto por essa parcela da população. Nele, a educação é demonstrada como caminho que leva a iluminação e a verdade, pois possibilita aos estudantes a socialização, o debate e a orientação, que antes apenas seus senhores tinham posse. Nesse período, a leitura e a escrita poderiam potencializar a conquista de direitos que anteriormente não eram nem conhecidos. Ligado a isso, havia nos escritos do jornal, críticas às escolas que não acolhiam ou maltratavam as crianças pretas para instigar seus leitores pais a acompanharem como os seus filhos eram tratados dentro das salas de aula e/ou reivindicar que as crianças negras não acolhidas nas escolas tinham o direito de serem no período pós-escravização. Junto a isso, tinha como intuito, possibilitar que outros grupos sociais tivessem acesso a prática de leitura e escrita além da elite. Enfim, o jornal *O Exemplo* tinha o objetivo de instruir a comunidade e denunciar as práticas racistas vivenciadas.

Outra fonte histórica encontrada nos jornais eram anúncios de escravizados que, por vezes, apresentavam dois objetivos principais. O primeiro deles é o de notificar a fuga de escravizados e oferecer recompensa para quem os encontrasse. O segundo era anunciar a venda de escravizados e para valorizá-los suas “qualidades” eram destacadas, entre elas o fato de serem alfabetizados. Os escravizados negros que sabiam ler e escrever eram vendidos por um valor mais elevado, considerando que os seus senhores tinham investido em seu “aprimoramento para o trabalho”, financiando, por exemplo, a aprendizagem de ofícios. Neste contexto de comércio de escravizados, existia também o anúncio de procura por escravizados que já soubessem ler e escrever, como menciona Peres (2020) por meio de um recorte do Jornal *Idade D’Ouro do Brazil*, do ano de 1814 que menciona: “Quem quiser vender algum escravo, que saiba bem ler e escrever, fale com Tabelião Mata na rua do Tijolo N.8” (*Idade D’Ouro do Brazil*, 1814 apud Peres, 2020).

⁵ Disponível em: <https://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 07 mai. 2025.

Peres (2020) também cita a existência de anúncios em que pessoas buscavam escravizados para serem alfabetizados. Vale ressaltar que, em sua maioria, destacaram mulheres escravizadas e para essas também eram oferecidos ofícios associados a deveres domésticos. Isso pode ser atrelado a função imposta para as mulheres daquele período, em que elas ficavam responsáveis pelos cuidados da casa e demandas com as crianças que moravam por lá. Algo que reverbera ainda hoje no sentido retrógrado de que a mulher deve ser a única responsável por “cuidar de casa”. Sendo assim, o papel dela nos serviços braçais eram dispensados, o que dava lugar a ofícios que permitiam que, após o aprendizado, elas pudessem atuar dentro da casa dos senhores.

Outra fonte histórica relevante nas pesquisas sobre o letramento de pessoas negras no século XIX é a legislação que foi o documento utilizado na pesquisa de Barros (2016). Este artigo que não foi resultado da pesquisa pelo Portal da Capes, mas lido na disciplina de História da Educação 2 ofertada em nosso curso de Pedagogia, também foi incluído em nossas análises, porque ele foi um dos responsáveis por nos mobilizar para desenvolver esta pesquisa. Conforme a pesquisadora, com base nos estudos de leis da província e/ou do Império, foi possível conhecer os pensamentos dos dominantes quanto à alfabetização dos escravizados, dentro e fora das instituições educacionais. Barros (2016) respalda-se no historiador inglês Edward P. Thompson para justificar o potencial das leis como fonte histórica:

[...] a lei também pode ser vista como ideologia ou regras e sanções específicas que mantêm uma relação ativa e definida (muitas vezes um campo de conflitos) com as normas sociais; e, por fim, pode ser vista simplesmente em termos de sua lógica, regras e procedimentos próprios – isto é, simplesmente enquanto lei. E não é possível conceber nenhuma sociedade complexa sem lei (THOMPSON, 1987 *apud* Barros, 2016).

Mesmo que as leis do século XIX fizessem referência às normas sociais estabelecidas conforme os interesses da elite branca, o que está nelas estabelecido nos ajuda a compreender direitos negados a outros grupos sociais: por exemplo, o acesso às escolas e à cultura letrada por pessoas escravizadas ou libertas. Isto não quer dizer que as leis fossem rigorosamente aplicadas nas instituições de ensino. Vale mencionar que os decretos estabeleciam restrições especificamente para as escolas públicas, o que não impedia que instituições privadas ofertassem cursos de alfabetização para negros libertos ou escravizados, ou até mesmo cursos oferecidos dentro de quilombos ou na casa dos senhores, algo que será mencionado no próximo tópico. Segundo ressalta Barros (2016, p. 604), “a legislação não dá

conta de toda a experiência negra na relação com a educação no período estudado. [...] A legislação é só uma das possibilidades de análise no que se refere à educação da população negra no século XIX.”

Dentre as fontes evidenciadas nos artigos aqui mencionados, estão registros policiais ou escolares. O primeiro foi utilizado na pesquisa desenvolvida por Viana e Gomes (2020) que faz menção aos documentos produzidos por policiais para registrar a presença de cursos de leitura em um rancho quilombola localizado no Espírito Santo, no ano de 1861. Registros como estes contribuem para compreendermos os limites das proibições previstas nas leis em vigor no século XIX. Já um outro registro policial explorado por Bastos (2016) comprova a existência de pessoas pretas nas escolas de instrução pública, na região de Mariana, Minas Gerais, em 1831. Dessa forma, evidencia-se o interesse da população escravizada e liberta pela educação realizada dentro das instituições escolares, mesmo que a Constituição de 1824 proibisse a matrícula de escravizados ou libertos nascidos na África nas escolas de instrução pública.

Documentos escolares foram explorados por Cruz (2009) para comprovar a existência de pretos na instrução pública da província do Maranhão, no século XIX. Com base na análise de mapas de instrução, ela deduziu esta presença pelo fato de nestes documentos terem alunos com registro do nome, mas não do sobrenome ou do nome dos pais. Mas Cruz (2009) também pôde observar diretamente isto, nos trechos em que, nos mapas de instrução, havia o termo “qualidades” que era empregado para enfatizar, explicitamente, que os alunos eram pessoas pretas ou pardas.

Para além dos jornais, das leis, dos registros policiais ou escolares, as cartas, nas pesquisas realizadas por Bastos (2016) e Ribeiro Neto (2020), foram fontes que possibilitaram conhecer o processos de letramento da população negra do século XIX na perspectiva de pessoas escravizadas e libertas, ou seja, por meio de suas reivindicações e apontamentos críticos que não eram evidenciados nos documentos históricos anteriormente analisados, com exceção do jornal *O exemplo* editado por libertos, em Porto Alegre.

Cartas como as enviadas por Theodora, escravizada em São Paulo, no ano de 1886 foram encontradas em autos policiais. Elas ajudaram historiadoras como Bastos (2016) a descobrirem que a escravizada contava com o auxílio de escravizados alfabetizados, para escrever cartas destinadas ao seu filho e esposo, uma oportunidade de se comunicar com sua família. Em suas correspondências, ela conta da saudade que sentia dos seus e a injustiça sofrida em seu cotidiano desde o distanciamento forçado de seus familiares. Neste caso, as cartas permitem o reconhecimento de que **escravizadas e escravizados** possuíam sentimentos,

apesar de serem tratado/as como mercadorias. Enfim, não eram apenas um número entre a quantidade de pessoas escravizadas.

Os estudos de Wissenbach (2002), que não é uma fonte analisada neste estudo por causa do ano em que foi publicado, anterior ao ano de 2003 adotado como recorte da pesquisa, informam que as cartas de Theodora foram sequer entregues aos respectivos destinatários, já que foram confiscadas pela polícia. A única que teve um destino diferente é a que tinha o seu senhor como destinatário, o mesmo que a acusou de roubo em sua propriedade. A polícia de São Paulo reuniu por volta de sete cartas escritas pelo escravizado que atuou como escriba das cartas de Theodora. Wissenbach (2002) destaca que, apesar dos “erros” apresentados nas cartas com algumas palavras que acentuam a presença da oralidade na escrita, elas são valiosas fontes históricas para entendermos como nem todas as pessoas em condições de escravização eram analfabetas. Por meio da mesma análise deste conjunto de correspondências, a pesquisadora destaca as diferenças entre os escritos que tinham como remetente as pessoas próximas de Theodora e aqueles encaminhados ao seu senhor - o início e o fim das cartas tinham cumprimentos específicos para cada pessoa, conforme o nível de “relevância” na hierarquia social.

Outra carta foi a analisada nos escritos de Ribeiro Neto (2020), a Carta da Comissão de Libertos de Paty de Alferes, enviada em 1889 para Ruy Barbosa, ministro da Fazenda do primeiro governo após a Proclamação da República (1889-1891), já mencionada anteriormente. Mesmo sendo essa uma fonte não escrita por escravizados (Ribeiro Neto, 2020). nela são registradas denúncias dos libertos que reivindicavam o acesso ao ensino para as suas crianças, conforme estabelecido na Lei do Ventre Livre (lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871) que assegurava a liberdade para crianças nascidas a partir de 1871. Passados 18 anos da assinatura desta lei e um ano após o fim da escravização, os familiares resolveram por meio de uma carta endereçada a Ruy Barbosa evidenciar o descumprimento da lei e reivindicar os direitos das crianças ao acesso à educação escolar.

Outra fonte pesquisada por Viana, Ribeiro Neto e Gomes (2019) foram os escritos (panfletos, documentos de cunho religioso e outros) produzidos pelos negros malês na Bahia, nos anos 1830, como meio para reivindicar seus direitos e organizar a Revolta do Malês. Durante esse período, pessoas como o negro livre Agostinho José Pereira eram aprisionadas, pois traziam consigo escritos que falavam tanto sobre liberdade, como também sobre o movimento ocorrido no Haiti, onde africanos escravizados se rebelaram contra o domínio dos colonizadores franceses em busca da liberdade. As autoridades do Brasil temiam que o mesmo pudesse acontecer no país e, ao encontrarem escritos que sequer estavam em sua

língua, sentiam-se ameaçados por pretos que escreviam em árabe, ou seja, uma escrita que somente eles podiam entender. Aqui é notório o receio dos brancos quanto à aquisição da leitura e da escrita por pessoas pretas, pois ela era um canal de socialização de ideias revolucionárias.

Uma fonte que foi utilizada nos artigos levantados por nossa pesquisa bibliográfica foram os dados quantitativos. Ao ler o texto de Fonseca (2009), pudemos conhecer que, por meio destes dados, o pesquisador pode escrever sobre a instrução de pessoas na Província de Minas Gerais, durante os anos de 1820 a 1850, destacando a a presença, mesmo que mínima, de pessoas denominadas pardas, cabras e criolas, nas escolas mineiras, no século XIX, antes da escravização. Conforme os dados, havia, em média, duas pessoas assim denominadas em cada escola mencionada no documento de onde os dados qualitativos foram extraídos. Em alguns casos, a quantidade de matrículas realizadas pela população não branca foi maior do que a porcentagem de pessoas brancas em ambientes escolares. É importante evidenciar que na província de Minas Gerais, a quantidade de afrodescendentes na população era expressivamente maior que a de pessoas brancas, devido ao alto investimento na compra de escravizados negros pelas pessoas que usavam esta mão de obra para encontrar ouro e outros metais preciosos e minérios neste território. Esta presença de pessoas “pardas, cabras e criolas” nas escolas mineiras, desde a segunda década do século XIX, fez com que, com a crise da mineração, fosse possível encontrar juízes e professores negros, não mais na condição de escravizados, como é de praxe imaginar.

Em outras pesquisas os dados quantitativos foram explorados para evidenciar a porcentagem da população negra liberta, no século XIX, antes do fim da escravização (Bastos, 2016) e a quantidade de alfabetizados. Peres (2020) registra em seu artigo informações sobre o primeiro censo do país no ano de 1872, registrando que 0,09% da população escravizada sabia ler. Portanto, quando levamos em consideração o país inteiro, por meio dos resultados divulgados, a província de Minas Gerais tem seu destaque. Além disso, ressaltamos que a porcentagem nacional mencionada, ainda que muito pequena, nos permite desconstruir o estigma de que, no século XIX, todas as pessoas negras eram analfabetas.

Fonseca (2009) também explora em sua pesquisa uma fonte por vezes esquecida - os escritos realizados por viajantes que vinham ao país. Muitos deles, ao se depararem com a quantidade de pretos e mestiços, se impressionavam por serem esses a maioria na população e relatavam a presença de alguns deles em lugares de ascensão social. Fonseca (2019) cita um trecho do relato escrito pelo viajante Hermann Burmeister, um alemão que veio visitar a

província de Minas Gerais nos anos 1850: “em Congonhas, vivia um mestre-escola preto, que gozava de toda a consideração, mas seu instituto era particular e frequentado por crianças de cor” (Burmeister, 1980 apud Fonseca, 2009). Por meio dessa relato, observamos que, para além de professores pretos, os alunos também eram declarados pretos, algo que podia ser visto com preconceito e preocupação pela elite branca, durante o período que antecede o fim da escravização.

Dessa forma, observamos que a existência de conhecimentos sobre a escrita e a leitura no meio dos negros escravizados e libertos do século XIX foi descoberta, por meio de pesquisas que utilizaram como fontes jornais, leis, registros policiais, documentos escolares, cartas, panfletos, relatos de viajantes, do século XIX, encontrados em diferentes regiões do Brasil conforme analisado no próximo tópico. Não podemos afirmar que estas são as únicas fontes existentes, mas apenas que elas foram as encontradas por pesquisadores que publicaram artigos sobre a temática de nossa pesquisa, entre os anos de 2003 e 2024. Elas evidenciam que uma pequena parcela dos escravizados e libertos possuíam contato com a leitura e a escrita. Não é possível concluir que seja um número expressivo, considerando que a grande maioria era analfabeta. Porém trazer à tona estas exceções nos permite conhecer a conquistas de um povo que, neste mesmo momento, ainda era escravizado e torturado.

No próximo tópico, é apresentado um balanço quanto as localidades onde foram encontradas estas fontes e, portanto, onde há vestígios do domínio da cultura letrada pela população preta no século XIX, mesmo antes do final da escravização, no Brasil.

3.2 Localização em que foram encontradas as fontes

A partir do levantamento de artigos, conforme discutido no item anterior, houve a possibilidade de encontrar documentos que deixaram pistas sobre o letramento da população preta no século XIX em quatro regiões do país: Sudeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo), Nordeste (Bahia, Paraíba, Maranhão, Pernambuco), apenas um estado no Sul (Rio Grande do Sul) e no Norte (Pará). Não foi citada nenhuma fonte histórica produzida no Centro Oeste, o que pode ter relação com o fato de não termos encontrado artigos publicados em revistas desta região. No quadro 4, estão evidenciadas as regiões, os estados e a quantidade de artigos que mencionaram a investigação de fontes de cada um dos estados (chamados de províncias no Brasil Império)/regiões.

Quadro 4 - Relação entre o Estado/ Província e a quantidade de artigos baseados em fontes encontradas na respectiva localidade

Região	Estado / Província	Quant.
Sudeste (8)	Espírito Santo	1
	Minas Gerais	1
	Rio de Janeiro	6
Nordeste (7)	Bahia	2
	Maranhão	2
	Paraíba	1
	Pernambuco	2
Sul (1)	São Pedro do Rio Grande do Sul	1
Norte	Grão Pará	1
Centro Oeste	Nenhum	0

Fonte: elaborado pela autora da pesquisa com base em busca realizada no Portal da Capes entre os meses de dezembro de 2024 e abril de 2025

Apesar dos artigos encontrados em nossa pesquisa bibliográfica registrarem pesquisas feitas em fontes produzidas em apenas nove das 21 províncias do Brasil Império, isto não quer dizer que nas 12 províncias não mencionadas não existam fontes que permitam investigações sobre a instrução pública da população preta ou outras formas utilizadas por ela para dominar a cultura letrada. Esta ausência ou silenciamento (e também a presença que era menor do que 1%, conforme mencionado no tópico anterior) demonstra a negação de direitos para a população não só de escravizados, como de negros libertos ou forros, respaldando a necessidade das ações afirmativas em todo o Brasil, como a lei de cotas nas Universidades, conquistadas a partir da redemocratização. . Como analisam Câmara; Lôbo; Holder (2023),

Em 1824, uma lei complementar à Constituição do Império (2º Ato Oficial) proibia os negros (e os leprosos) de frequentar escolas. Já o art. 6, item 1, da Constituição de 1824, não reconhecia os negros escravizados, em larga escala africanos de nascimento, como cidadãos brasileiros e, portanto, os impedia de frequentar a escola formal, que era restrita, por lei, aos brasileiros. Leis estaduais também reforçaram proibição de acesso à educação: a Lei nº 1/1837 e o Decreto nº 15/1839, ambos do Estado do Rio

de Janeiro, proibiam os escravizados e os pretos africanos, ainda que fossem livres ou libertos, de frequentar as escolas públicas (Art. 3º). Essa proibição foi reproduzida pelo resto do País e se manteve até meados de 1930. [...] Como forma de reparar desigualdades resultantes de um processo de exclusão social da população negra, que, ao longo da história do Brasil, foi privada de direitos concedidos exclusivamente às pessoas brancas, surgem as ações afirmativas, sendo uma delas a política de cotas sociais e raciais. (Câmara; Lôbo; Holder, 2023, s/p.)

De qualquer forma, não podemos afirmar que não houve negros alfabetizados nas províncias de Amazonas, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas, São Paulo, Mato Grosso, Goiás, Paraná, Santa Catarina, Cisplatina, pois não tivemos acesso à pesquisas e fontes históricas sobre esta temática em nossa pesquisa bibliográfica.

Trazemos aqui mais alguns detalhes, além dos sintetizados no tópico anterior, em relação ao que as fontes encontradas em algumas das províncias do Brasil nos contam sobre a instrução de pessoas pretas ou miscigenadas.

No caso da região Norte, a Cruz (2009) comprova a existência de pretos na instrução pública da Província do Maranhão, com base na análise de mapas de instrução. Como em Minas, no Maranhão, a maioria da população é demonstrada em registros como não branca, tendo inclusive relatos de uma localidade, no ano de 1855, em que cerca de 95% da população era não branca, entretanto, todas as crianças que ali moravam estavam matriculadas na escola. Sendo assim, mesmo que a Constituição Imperial de 1824 e leis publicadas em várias províncias do Brasil proibissem a matrícula tanto para escravizados quanto para pretos libertos nascidos na África⁶, nota-se a existência de pessoas racializadas tendo acesso à instrução em escolas do Império.

Já no Sul, na capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o jornal “O exemplo” publicado em Porto Alegre, no século XIX, possibilitaram pesquisas (Sousa, 2017) sobre intelectuais pretos que divulgavam seu conhecimento e seus posicionamentos políticos por meio da imprensa. Logo, se existiam pessoas pretas que escreviam para outras pessoas pretas, há a possibilidade de perceber que essas estão sendo de alguma maneira alfabetizadas.

Com base nos artigos estudados, é notória a perspectiva de que mesmo após a assinatura de leis que tentam de certa forma retirar da população preta o direito do acesso à leitura e escrita, ainda existem histórias que precisam ser contadas. Algumas delas estão narradas nos artigos que encontramos. Histórias de mestres racializados que abre caminho

⁶ Um exemplo é a lei n. 1 de 1837 sobre Instrução Pública na província do Rio de Janeiro que estabelecia no seu artigo 3º: São proibidos de frequentar as Escolas Publicas: 1º Todas as pessoas que padeceram moléstias contagiosas. 2º Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29135>. Acesso em: 08 mai. 2025

para a comprovação da existência de estudantes pretos no Brasil Império. Histórias de pessoas pretas que criavam escolas destinadas à educação de crianças negras (Bastos, 2016).

Ligado a essa menção, com base na leitura de nossas fontes, é possível encontrar diferentes possibilidades de estudo e acesso à cultura letrada pela população preta no século XIX. Optamos por eleger como categorias de análise os termos registrados nos tópicos a seguir: “oportunidades de acesso à cultura letrada”; “A Luta e a Resistência de Personagens Negros na Construção de Escolas e Saberes”; e, por fim, “Análise geral e rompimento do estigma dos escravizados, libertos e forros do século XIX como população passiva, analfabeta, alheia a cultura letrada.

3.3 Oportunidades de acesso à cultura letrada

Durante a leitura dos artigos encontrados na pesquisa bibliográfica, as oportunidades de instrução do público investigado no século XIX foram analisadas.

Na pesquisa realizada pela autora Surya Pombo Barros (2016), denominada *“Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX”*, é possível encontrar, por meio da linha do tempo por ela elaborada, os recortes da legislação de algumas províncias do Brasil Império que comprovam a possibilidade de parte da população preta estar presente nas salas de instrução pública.

Na Constituição de 1824, já havia sido declarada a educação gratuita para todos os cidadãos. No entanto, é necessário lembrar que as pessoas escravizadas não tinham acesso a esses direitos, e nem os negros nascidos na África, uma vez que não eram considerados cidadãos brasileiros. Com o Ato Adicional de 1834, a responsabilidade de legislar sobre a educação foi transferida para as províncias. Assim, a organização da instrução ficaria a cargo de cada província, conforme suas características e identidade regionais. Em casos como no Rio Grande do Sul, em 1837, as pessoas escravizadas, libertas e livres não poderiam frequentar as escolas. No mesmo ano, na Paraíba, foi autorizada apenas a frequência de pessoas livres, excluindo, assim, os escravizados.

Ademais, em 1854, ocorreu a assinatura da Lei Couto Ferraz (Decreto nº 1.331-a), que a princípio tinha o intuito de modernizar o ensino primário e secundário. Ainda hoje, essa lei é reverenciada por suas inovações, no entanto esta modernidade é expressa de forma excludente, em seu Artigo 69:

Art. 69. Não serão admittidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem molestias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vaccinados.

§ 3º Os escravos. (Brasil, 1854)

Desta forma, observamos a continuidade da proibição de pessoas escravizadas serem matriculadas nas escolas. Barros (2016) nos faz compreender, por meio desta legislação, porque a frequência de pessoas negras nas escolas do Brasil Império era quase inexistente. No entanto, a autora aponta uma brecha para a presença de escravizados ou libertos nas escolas: a redação dos artigos das leis federais e de algumas províncias estabelecia, diferente da Lei Couto Ferraz, que esse público não poderia ser matriculado, mas não cerceavam sua presença nas sala de aula. Na sequência da linha do tempo que elaborou, Barros (2016), analisa as possibilidades de educação escolar para a população negra, nas últimas décadas do século XIX, quando se inicia a publicação de leis que pretendiam acabar gradativamente com a escravidão no Brasil. Em 28 de setembro de 1871, é assinada a lei que ficou conhecida como a Lei do Ventre Livre, que estabelecia que os filhos de escravizados nascidos a partir daquela data, poderiam ser considerados libertos e teriam também acesso à escolarização. Portanto, vindo da Corte, esse documento ao ser assinado certificava um dos primeiros passos para o letramento formal das pessoas pretas, neste caso libertas. Vale mencionar que seria papel dos senhores cuidar da instrução das crianças libertas que ficavam sob sua tutela, já que o primeiro parágrafo do artigo 1º da lei estabelecia que:

Art. 1º Os filhos de mulher escrava que nascerem no Imperio desde a data desta lei, serão considerados de condição livre. § 1º Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores **de suas mães, os quaeas terão obrigação de crial-os e tratá-los até a idade de oito annos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da māi terá opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos.** No primeiro caso, o Governo receberá o menor, e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. (Brasil, 1871, **grifo nosso**)

Conforme é possível observar na letra da lei, caso o senhor não quisesse cuidar da criança liberta, ele poderia entregá-la a instituições do estado que seriam responsáveis por sua criação e instrução. A lei, revela as contradições e a persistência das estruturas escravistas na sociedade brasileira do século XIX. Ao determinar que os filhos menores permaneçam sob a autoridade dos senhores de suas mães até os oito anos, a lei os mantém em uma condição de dependência e exploração, apenas postergando sua liberdade. A opção oferecida aos senhores, de receber uma indenização do Estado ou utilizar os serviços dos menores até os 21

anos, explicita o caráter econômico da medida, que visa proteger os interesses dos proprietários de escravizados. Em vez de garantir a liberdade plena e imediata, a lei cria um mecanismo de transição que perpetua o trabalho compulsório e a exploração da mão de obra infantil, demonstrando a relutância da sociedade em romper completamente com o sistema escravista.

Relacionada a esta lei, a partir de meados de 1870, encontram-se fontes sobre Escolas Noturnas, como por exemplo na Paraíba e Santa Catarina, onde podiam estudar escravizados, de qualquer idade, caso tivessem a licença assegurada pelos senhores,. É importante ressaltar que muitas dessas pessoas escravizadas ou libertas pela Lei do Ventre Livre sob tutela do senhor ou do Estado, por mais que tivessem essa oportunidade de estudar em escolas noturnas, e devido ao cansaço do trabalho durante o dia não tinham mais forças para enfrentar mais uma jornada no período da noite. Cabe também destacar que a possibilidade de crianças libertas, menores de 14 anos, serem matriculadas em escolas noturnas é eliminada pela legislação de 1878, que estabeleceu, em seu artigo 5º, que “nos cursos nocturnos poderão matricular-se, em qualquer tempo, todas as pessoas do sexo masculino, livres ou libertos, maiores de 14 annos [...]” (Brasil, 1878 apud. Barros, 2016). Porém, como menciona Barros (2016) não é possível dizer que esses não frequentavam as aulas, já que não poder ser matriculada não é sinônimo de não poder frequentar.

No artigo de Silva (2018), conhecemos outra oportunidade de acesso à cultura letrada pela população negra do Brasil Império. Eram as salas de aula abertas por missionários protestantes ou pela Igreja Católica, com o intuito de alfabetizar os escravizados para que eles pudessem ter acesso aos conhecimentos cristãos. Havia inclusive a alfabetização em português ou inglês, conforme o que foi escrito pelo pastor metodista Justin Spaulding (Reily, 1993 apud. Silva, 2018) ao descrever duas salas destinadas às pessoas pretas, , “uma fala inglês, a outra fala português”, algo que demonstra a diversidade de ensino. O texto de Silva (2018) faz também uma breve menção sobre creches organizadas por associações , como o Clube dos Libertos de Niterói, destinadas aos filhos de escravizados e libertos. Relata também a existência de escolas de educação popular criadas por abolicionistas e de orfanatos que abrigavam “crianças orfãs e ‘ingenuas’, meninos negros, brancos e indios” e tinham salas de aulas, como um pesquisado por Arantes (2005 apud Silva, 2018), em Pernambuco. Devido às limitações geradas tanto pela legislação, quanto pelo preconceito sofrido pelos escravizados e libertos, estes nem sempre tinham acesso à cultura letrada via educação formal, mas por meio de espaços não formais de instrução organizados

por Irmandades de Homens Pretos, pelos próprios senhores ou através de vivências cotidianas como detalharemos a seguir.

Conforme Luz (2016), em Pernambuco, no século XIX, existiam Irmandades de Pessoas Pretas que disponibilizavam cursos de alfabetização. Um exemplo encontrado pelo autor, em suas fontes de pesquisa, foi a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos que, em 1859, organizou uma sala para alfabetizar seus associados.

As Irmandades eram organizações sociais e religiosas vinculadas à Igreja Católica. Seus membros trabalhavam ao longo do ano para organizar festas grandiosas para os santos dos quais eram devotos. Com isso, a igreja, composta majoritariamente por pessoas brancas, se alegrava ao ver que os membros das irmandades compostas por pessoas pretas tiveram suas almas alcançadas.

Luz (2016) destaca, em seu texto, que as pessoas que frequentavam as reuniões das Irmandades pagavam anuidades ou mensalidades que asseguravam direitos a enterros dignos, alforria, assistência médica e jurídica e, por vezes, cursos para aprenderem a ler e escrever. Segundo o pesquisador:

[...] primeiro, a ênfase na prática das virtudes cristãs em palavras e atos; segundo, um espírito de responsabilidade coletiva pelo bem-estar físico daqueles irmãos (e seus dependentes) que precisassem de esmolas, assistência médica, alimentos, roupas e sepultamento; terceiro, quando os fundos permitiam, um compromisso com a ajuda caritativa aos pobres e doentes da paróquia [...] (Russel-Wood, 2005, p. 192 apud. Luz, 2016, p. 123)

Para alcançar esses objetivos, as pessoas pretas que se associavam às Irmandades, se encontravam para organizar a festa do padroeiro, para discutir a melhor maneira de administrar os recursos arrecadados, o que oportunizou diálogos sobre as demandas daquela comunidade, e tornava estas associações ambientes de socialização e resistência. Ao longo do artigo de Luz (2016), conhecemos de maneira breve o histórico de quatro irmandades que poderiam ser um dos locais de ensino de primeiras letras por meio das músicas, rezas e narrativas.

Em contraste com o espaço de instrução criado nas Irmandades, Silva (2018) encontrou rastros de aprendizagem da leitura e da escrita por escravizados, na casa de senhores em que pessoas escravizadas residiam e trabalhavam. Nestes espaços, aprendiam, por meio dos ensinamentos transmitidos, direta ou indiretamente, por pessoas que moravam

ou visitavam a casa. Havia senhores/proprietários que contratavam um professor para alfabetizar seus escravizados que poderiam, assim, aprimorar os ofícios de casa.

Silva (2018) conta a história do liberto Luiz Gama que construiu um forte laço de amizade com um dos hóspedes da residência em São Paulo, onde realizava trabalhos domésticos quando ainda era escravizado, o qual lhe ensinou as primeiras letras. Assim como as pessoas autodidatas, Gama foi desenvolvendo, ao longo de sua vida, a habilidade de leitura e escrita, e se tornou um escritor, jornalista e rábula, lutando pelo fim da escravidão.

Bastos (2016) encontrou indícios de escravizados autodidatas que aprenderam a ler e escrever, nos corredores de instituições escolares, ao acompanhar filhos de seus senhores até à escola; ou ao trabalhar com a venda de jornais. ou

Por fim, é válido mencionar que escravizados que fugiam e passavam a viver em quilombos também foram alfabetizados nestes lugares de resistência à escravidão. Viana e Gomes (2020), a partir de registros policiais do Espírito Santo, narra a história de um quilombola, acusado por roubo e assassinato, que trazia "um folheto da segunda coleção de cartas para meninos aprenderem a ler [...] uma cartilha [...] dois pedaços de Compendio de Orthografia [...] translados de escrituras de liberdade" (Viana; Gomes, 2020). Ele utilizaria esses materiais para ensinar uma jovem indígena a escrever. Esta história possibilita a hipótese de que inúmeros outros quilombolas poderiam também auxiliar na instrução de moradores de sua comunidade e arredores, sem que dependessem de um local específico para transmissão de ensinamentos. Neste sentido, Viana e Gomes (2020), em seu artigo, dialogam com outros pesquisadores que discutem os quilombos como locais de socialização que assumiam papel fundamental de “memória, etnicidade, território e cidadania” (Almeida, 1996 apud. Viana; Gomes, 2020).

Por fim, essas são algumas das oportunidades de acesso à cultura letrada encontradas nos artigos localizados em nossa pesquisa bibliográfica. Isto não determina que são somente essas as oportunidades de letramento das pessoas negras escravizadas, libertas e livres, durante o século XIX. Outras pesquisas já realizadas sobre o assunto podem não ter sido indicadas no Portal de Periódicos da CAPES por não fazerem parte do recorte que escolhemos ou por não terem sido publicadas em artigos. Há também a possibilidade de existência de fontes ainda não exploradas, considerando a dificuldade de acesso a documentos que evidenciem a situação educacional de determinado local.

Ao longo da leitura dos artigos de nossa pesquisa, encontramos a menção à alguns personagens negros que foram fundamentais para que a população preta no século XIX tivesse acesso à cultura letrada, o que é abordado no subtópico a seguir.

3.4 A Luta e a Resistência de Personagens Negros na Construção de Escolas e Saberes

Durante as leituras, nos deparamos com diferentes trajetórias e, em algumas delas, era ilustrado o nome de pessoas que mesmo diante do cenário contemplado, encontraram uma maneira de atravessar os estigmas de sua realidade. De maneira especial, no texto “A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (séculos XVI e XIX)” produzido por Bastos (2016), há narrativas que podem exemplificar a resistência de personalidades pretas, pouco conhecidas. Atrelado a isso, complementamos com estudos realizados em um período anterior a esta monografia, que se baseiam em duas fontes: 1) episódio Colono Preto, do *podcast Projeto Querino* (2022) que aborda, no diálogo com historiadores, jornalistas, personagens contemporâneos e fontes dos séculos XIX e XX, momentos da educação das pessoas pretas ao longo dos 200 anos de Brasil Independente, ; 2) capítulos do livro “Rascunhos Cativos, Educação, Escolas e Ensino no Brasil Escravista” organizado por Cord et al. (2017).

Bastos (2016) narra a história de Hemetério José dos Santos, nascido em 1858 no Maranhão. Filho de um dono de terra com sua escravizada, registrado como livre, teve o privilégio de ser escolarizado no Colégio da Imaculada Conceição. No ano de 1878 foi encontrado um registro de sua inserção como professor do Colégio Dom Pedro II, um colégio de prestígio na capital do Rio de Janeiro, sendo assim, seu primeiro professor preto. Além disso, durante os anos de 1890 a 1930, foi professor em dois outros colégios da capital do Império: Escola Normal do Distrito Federal e Colégio Militar do Rio de Janeiro. Além de atuar na educação, tinha um papel a desenvolver, trabalhou como jornalista e atuou na vida política institucional. Bastos (2016) conta que Hemetério escreveu várias obras didáticas, publicadas antes do fim da escravização, como: “Gramática elementar de língua portuguesa” (1879), “O livro dos Meninos” (1881), “Gramática portuguesa: adotada na escola normal do Distrito Federal” (1885), entre outros. Casou-se com Rufina Vaz dos Santos, também professora, e teve quatro filhos; todos tiveram acesso à cultura letrada. Dentre eles, está Coema, que para além de ser filha dos professores Hemérito e Rufina, é também bisneta do declarado criador da imprensa negra, Francisco de Paula Brito. Nascida no ano do fim da escravização, ela se tornou, assim como seus pais, professora e escritora de livros que contribuíram para a educação nacional, no início do século XX.

Tanto Bastos (2016), quanto o episódio do Projeto Querino (2022), relatam a trajetória do professor Pretextato dos Passos e Silva que tinha a intenção de criar uma escola particular destinada às crianças pretas e pardas, na Corte, no ano de 1853, devido às reclamações de negros libertos ou forros que viam a falta de acolhimento de seus filhos no cenário educacional, mesmo sendo estes obrigados a estudar, pela lei Couto Ferraz que obrigava aos maiores de sete anos (com exceção de crianças com moléstias contagiosas, não vacinadas ou escravizadas) a instrução, sob pena de multa. Apesar dos desafios da época, o Professor Pretextato criou sua escola, ganhando o título de fundador da primeira escola exclusiva para negros no Brasil. Silva (2015) aborda, em seu artigo, um documento que comprova a satisfação dos pais com a instrução oferecida aos seus filhos, na escola fundada por Pretextato:

“Nós lhe estamos muito obrigados (a Pretextato) e muito satisfeitos com o seu ensino, moralidade e bom comportamento”, dizia um dos textos. A maioria dos pais (77%) e todas as mães eram analfabetas, já que apenas seis homens assinaram seus nomes. (A primeira escola exclusiva para negros no Brasil, 2015)

O agradecimento a Pretextato pelo ensino, moralidade e bom comportamento dos alunos indica o valor atribuído à educação como forma de ascensão social e aceitação na sociedade. No entanto, o contraste gritante entre o analfabetismo da maioria dos pais, especialmente as mães, e a valorização do ensino oferecido pela escola evidencia as desigualdades estruturais que persistiam. A educação formal era um privilégio, e o acesso a ela era limitado por fatores como raça e gênero. Mesmo após a abolição, a sociedade brasileira continuava marcada por disparidades significativas, onde o letramento era um instrumento de poder e mobilidade social restrito a uma parcela da população.

O episódio do Projeto Querino e Silva (2018) contam a história do negro Cosme Bento das Chagas, um dos líderes da balaiada, revolta que aconteceu em meados de 1840 no Maranhão, da qual participaram três mil negros, entre pessoas livres, quilombolas e escravizadas (Silva, 2018). Cosme, como era conhecido, conquistou sua alforria, sabia ler e escrever, e se nomeava “Tutor e Imperador da Liberdade”, propondo a “Guerra da Lei da Liberdade Republicana”. Ele criou uma escola com o intuito de ensinar a ler e escrever. Foi enforcado em praça pública a mando de Duque de Caxias que o chamava de “Infame Negro Cosme” (Projeto Querino, 2022).

Bastos (2016) e Geledés (2027) narram os feitos de Maria Firmina dos Reis. Mulher negra, nascida em São Luís do Maranhão no ano de 1825, foi a primeira mulher a publicar

um romance, em 1859, intitulado “Úrsula”, em que defendia ideias abolicionistas. Antes disso se tornou a primeira mulher concursada do estado, em 1847. Seu contato com a literatura se inicia quando se muda para casa de sua tia, essa que em relatos é conhecida por ser uma mulher mais rica. A autora foi inicialmente professora de primeiras letras e chegou a fundar a primeira escola mista do Brasil (Geledés, 2017) que durou apenas dois anos, devido à resistência da população aos seus princípios revolucionários. Os seus livros são lidos ainda hoje e o seu legado é conhecido por muitos, inclusive um exemplo de resistência para o movimento negro feminino.

São também fundamentais exemplos, os integrantes da comissão dos libertos de Paty de Alferes já apresentada na seção 2.1. Mesmo que apenas um dos componentes tenha se identificado como um homem preto, eles tiveram o papel fundamental de lutar pelos direitos das crianças libertas pela Lei de 1871 que lhes assegurava o direito à instrução primária. Viam na escola um mecanismo de transformação, com a função política de possibilitar que os estudantes conhecessem a legislação e seus direitos, bem como fossem alfabetizados e, assim, pudessem votar.

Essas são narrativas de protagonistas da história do Brasil Império que devem ser contadas nas salas de aula, para romper com o eurocentrismo dos currículos. Elas representam ações de resistência, de luta por meio e pela aquisição da leitura e da escrita, como um bem de ampliação dos direitos políticos que possibilitava uma pequena ascensão da população preta em um contexto histórico que privilegiava as pessoas brancas nas diferentes dimensões sociais e culturais.

Para finalizar a seção 3, vamos, com base nas descobertas aqui apresentadas, refletir sobre o estigma que define a população de escravizados, libertos e forros, no século XIX, como analfabeta e alheia à cultura letrada.

3.5 Análise geral e rompimento do estigma dos escravizados, libertos e forros do século XIX como população passiva, analfabeta, alheia a cultura letrada

Ao nos deparar com o cenário detalhado pela pesquisa, com base nos dados apresentados, é possível compreender que o estigma dos escravizados, libertos e forros do século XIX como população passiva, analfabeta, alheia à cultura letrada pode ser refutado. Os artigos encontrados na pesquisa bibliográfica comprovam, por meio de histórias individuais ou coletivas, que através de incontáveis lutas ou estratégias de resistência, a população preta confrontou a elite branca que utilizava de mecanismos exclusão para manter seus privilégios.

Através da leitura dos artigos, conseguimos concluir que essa população que por anos foi negligenciada tanto pela negação de seus direitos, quanto pelo silenciamento de sua história, tem suas narrativas e devem ser enfatizadas, no currículo escolar, como pessoas que lutaram para melhorar suas condições de vida, tanto por meio de ações cotidianas, quanto por revoltas como a dos Malês e da Balaiada, tendo o domínio da leitura e da escrita como uma arma e um objetivo da luta.

Observamos que nas universidades e publicações científicas do Brasil, o número de pesquisas sobre nossa temática ainda é pequeno se relacionado a outras narrativas da História da Educação nacional ou mundial, estudadas e investigadas nos cursos responsáveis pela formação de profissionais da educação e nos programas de pós-graduação. Os princípios eurocêntricos ainda predominam no ensino e na pesquisa, apesar dos movimentos de problematização dos mesmos, como os estudos decoloniais e as mudanças curriculares induzidas pela lei 10.639/03.

Os resultados de nossa pesquisa também contribuem para que nos atentemos para a existência de narrativas que contemplam a realidade de sujeitos escravizados e libertos, por meio de seus próprios pensamentos e ações. Pessoas que, divergindo da educação formal assegurada pela Corte, aprendiam as primeiras letras por meio de diferentes oportunidades que criavam. .

Atrelado a isso, destacamos a importância de encontrar, organizar e analisar documentos que possibilitam a visibilização do protagonismo de pessoas negras na história, na educação, mesmo que seja necessário a cuidadosa leitura das entrelinhas de fontes produzidas e preservadas pela elite branca. Vale enfatizar a existência acervos públicos físicos ou digitais de fácil acesso, como o já mencionado *site* da Hemeroteca Digital que possibilitam a pesquisa em fontes históricas como jornais do século XIX.

A história que é ensinada no Brasil ainda carrega consigo uma herança pautada por conteúdos que pouco dialogam com a realidade contemporânea de pretos e indígenas.

Quando mencionada a Revolta de Malês, é perceptível o receio da população branca quanto a aquisição da leitura pelos não brancos, além do receio de registros escritos em línguas, como o árabe, que mesmo a elite não falava ou entendia. Enfim, aqueles que escondiam o que sabiam para limitar o conhecimento dos escravizados, ficavam amedrontados quando descobriam que a população preta tinha outros caminhos para compartilhar seus saberes e dominar outros que lhe eram negados. Por meio de um olhar decolonial, percebemos a movimentação de um povo que une forças contra a população dominante, através da língua falada em seu país de origem. Os saberes dos Malês e suas lutas

pela conquista da liberdade, ao serem registrados por escrito, puderam ser difundidos pelo território nacional, contribuindo para que a sua revolta, mesmo reprimida, não deixasse de ecoar e mobilizar novas lutas para além da Bahia.

A história da comissão que reivindicou os direitos educacionais dos libertos de Paty de Alferes, nos inspira para a importância da luta intelectual, além da física.

Por meio das cartas, pudemos enxergar tanto perspectivas de uma escrita em desenvolvimento, como a sensibilidade na escolha dos seus destinatários. Manifestos que sintetizam a força daqueles que compreendiam e reivindicavam seus direitos. Os jornais do século XIX, paradoxalmente, ao noticiarem a fuga de pessoas que não se conformavam com a violência diária que viviam, oferecerem recompensas para quem as capturassem e anunciassem o cruel mercado humano, também evidenciaram a existência de pessoas pretas alfabetizadas. Relatos de viajantes, documentos escolares, dados censitários e até registros policiais possibilitaram o encontro com professores com o desejo de alfabetizar os subalternizados. Leis confirmaram um governo imperial racista e excludente que dificultava a instrução da população preta, mas também mostraram brechas utilizadas por esta população para criar estratégias para dominar a leitura e a escrita.

Os três tópicos da seção 3 convergem para uma análise crítica do papel da população negra no século XIX em relação ao acesso à educação e à cultura letrada. Juntos, eles revelam um cenário complexo e multifacetado, onde a busca pelo conhecimento se manifesta como uma forma de resistência e empoderamento diante de um sistema opressor.

O tópico 3.3, "Oportunidades de acesso à cultura letrada", expõe as contradições e limitações impostas pelas leis e pela sociedade da época, mas também aponta para as brechas e estratégias utilizadas pela população negra para adquirir conhecimento. O tópico 3.4, "A Luta e a Resistência de Personagens Negros na Construção de Escolas e Saberes", destaca o protagonismo de indivíduos que desafiaram as normas e lutaram para garantir o acesso à educação para si e para suas comunidades. Por fim, o tópico 3.5, "Análise geral e rompimento do estigma dos escravizados, libertos e forros do século XIX como população passiva, analfabeta, alheia à cultura letrada", sintetiza as evidências apresentadas para refutar o estigma da ignorância atribuído à população negra, ressaltando a importância de reconhecer sua agência e protagonismo na história da educação brasileira.

Apesar das adversidades, a população negra no século XIX não foi passiva nem alheia à cultura letrada. Ao contrário, buscou ativamente o conhecimento como instrumento de libertação e transformação social, deixando um legado de luta e resistência que ecoa até os dias de hoje.

Enfim, com um olhar apurado e preocupado em reconfigurar histórias que silenciam potentes histórias de não conformismo com a realidade violenta e excludente, é possível conhecer passados de pessoas que lutavam por justiça que nos inspiram para lutas antirracistas no presente que ajudarão a construir um futuro mais justo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como menciona Ribeiro Neto (2020), em seu artigo, com base na escrita de Cascudo (1969),

Levante é o nome de um vento que sopra de direção leste, próprio das ilhas Baleares e do Sudeste da Península Ibérica. Caracteriza-se por ser úmido e suave e pode provocar chuvas" (Cascudo, 1969, p. 11 apud Ribeiro Neto, 2020, p. 155)

Este vento que sopra, faz com que a chuva seja formada e por meio dela seja possível dar vida ao solo. Assim também aconteceu no levante de Paty de Alferes (Ribeiro Neto, 2020), anteriormente mencionado nesta pesquisa, em que pessoas inconformadas com a impossibilidade de ingresso nas escolas de crianças libertas através da lei de 1871, não cessaram seus esforços em busca do direito que não havia sido assegurado pela Corte. Histórias que tiveram anos chuvosos, mas ainda assim não deixaram de gerar vida em suas narrativas, mesmo em um cenário violento e silenciador. Contrárias ao estigma enraizado pelos colonizadores, são vidas que anseiam por justiça.

A aquisição de leitura e escrita era e ainda é uma maneira de alcançar aquilo que, ao longo dos anos, se fez distante da realidade de homens, mulheres, crianças e idosos, escravizados e libertos. Um pequeno contato que possibilitava sua alfabetização já trazia consigo a oportunidade de debater sobre os direitos que poderiam ser alcançados e de reivindicar o que lhes pertence.

Com base nesse estudo, foi possível encontrar narrativas baseadas no protagonismo dos sujeitos negros subalternizados, que quebram paradigmas sobre a cultura letrada antes e após a escravidão. Pesquisas científicas, encontradas no Portal de Periódicos da CAPES, ousaram buscar fontes antes desvalorizadas pela historiografia e ler aquelas já pesquisadas com outras lentes. Assim, deram visibilidade a pessoas negras que dominaram a cultura letrada, mesmo quando este direito lhes era negado, para se comunicar com pessoas queridas, organizar movimentos sociais, compartilhar com irmãos de raça seus saberes, as letras, palavras e seus significados. Essas pesquisas contribuíram para que fosse comprovada tanto a existência de estudos na linha de História da Educação nacional que enfatizaram a existência de pessoas pretas na educação oitocentista, como também na propagação de fontes e de repositórios para acessá-las que podem ser encontrados ao redor do Brasil, facilitando o caminho de novas pesquisas que tragam à tona histórias esquecidas,

A partir deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), as lutas pela instrução dos sujeitos dominados ganham significado uma vez que comprovam que a política e a educação estão interligadas.

Por meio da pesquisa pude compreender que para os escravizados a educação serviria como uma forma de serem reconhecidos entre os demais, além de ser a aquisição de um bem que era destinado apenas para elite. Através de seus escritos, pude reconhecer que os sujeitos da análise não aceitaram com passividade sua condição. Além disso, também foi possível reconhecer o temor da elite, quando se tratava da aquisição da leitura e da escrita por um povo que ela tentava dominar desde o período da diáspora africana. Isto se tornou para a elite branca a redução de sua autoridade, ainda mais por reconhecerem na prática a importância da aquisição de leitura e escrita para a propagação de informações e ideais, socialização, organização política, reivindicação de direitos, entre outras funções que fazia com que quem adquirisse o domínio da cultura letrada, pudesse de fato ter um contato valioso com o mundo, diferente de estar em uma situação constante de submissão por não ter muitas armas para se defender.

Vale ressaltar que este domínio, não se dava por um único caminho, , uma vez que pessoas advindas da África e seus descendentes também traziam consigo suas culturas e seus princípios, sua própria cultura letrada como os Malês, que hoje são esquecidos devido a desvalorização de suas narrativas. De maneira alguma, esses sujeitos podem ser compreendidos como aqueles que visavam a apropriação de algo que pertencia somente aos brancos, com o intuito de serem inseridos a esse mundo, algo que desconsidera as identidades e o protagonismo da população preta Através dos escritos produzidos na língua portuguesa com a qual tiveram contato ao virem para o Brasil, é possível reconhecer um pouco das tradições culturais desses povos e suas perspectivas, de maneira que hoje, elas podem ser acessadas e divulgadas no nosso território.

Dentre as descobertas, destaco a existência de jornais produzidos por pessoas pretas como “O Exemplo” que, ao final do século XIX, em Porto Alegre, informavam e mobilizavam a população com temáticas não discutidas na maioria da imprensa branca. . Logo, além de demonstrar o domínio da escrita e a leitura por seus editores, comprovam a existência de um público que lia suas publicações e assim, são criadas possíveis perspectivas sobre a taxa de pessoas negras que foram alfabetizadas no século XIX.

Outra descoberta importante possibilitada pela leitura dos artigos selecionados têm relação com as múltiplas estratégias de instrução utilizadas, no século XIX, pela população preta, para além da educação formal em instituições de ensino: a aprendizagem autorizada

pelos senhores que investiam na alfabetização de seus escravizados para aumentar seus lucros, pessoas autodidatas que aprendiam ao acompanhar os filhos dos senhores à escola, ao ouvir trechos de contação de histórias, ao vender jornais, ao conviver com pessoas letradas nas casas dos senhores ou nos quilombos, na frequência em salas de aula criadas por Irmandades, por professores negros etc.

A partir do desenvolvimento de nosso TCC também formulamos alguns questionamentos que suscitam novas indagações e possibilidades de pesquisa.

Quando mencionada a união de diferentes grupos sociais em prol da educação e da liberdade, faz-se necessário aprofundar o conhecimento da identidade destes movimentos, tanto sobre as irmandades e como funcionavam para além de seus ritos, quanto sobre grupos quilombolas, com o intuito de evidenciar fontes acerca das problemáticas trabalhadas em seus diálogos.

Sobre as escolas fundadas por ex-escravizados, quilombolas e libertos, registramos a necessidade de buscar novas fontes e metodologias de pesquisa para conhecer seus conteúdos curriculares, seus métodos de ensino, se estes possibilitavam o desenvolvimento de um pensamento crítico em relação ao período em que estavam vivendo.

Também sentimos necessidade de conhecer mais pesquisas realizadas sobre o pós-escravização, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX com o intuito de descobrir a respeito das mudanças relacionadas à educação dos libertos no novo século.

Enfim, esperamos que nossa pesquisa contribua para ampliar os estudos e pesquisas sobre o processo de acesso e uso da cultura letrada pela população preta no Brasil Império e mobilizar atos curriculares que valorizem os saberes diversos desta população, para além de seu domínio da leitura e da escrita. Enfatizamos aqui as pedagogias decolonizadoras brasileiras, como a pedagogia de terreiro, a pedagogia da capoeira, entre outras que dão a oportunidade para que o povo subalternizado e seus saberes componham os currículos da Educação Básica e Superior, possibilitando a formação de pessoas antirracistas que se responsabilizem pela construção de uma sociedade plural, democrática e justa.

5. REFERÊNCIAS

- AFROPRESS. Carta de libertos a Rui revela falta de esperança de negros no pós-abolição. Afropress, 16 mai. 2013. Disponível em: <https://www.afropress.com/carta-de-libertos-a-rui-revela-falta-de-esperanca-de-negros-no-pos-abolicao/>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- ARQUIVO NACIONAL. Forros. Disponível em: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/glossario/index.php/verbetes-de-a-a-z/42-verbetes-iniciados-em-f/946-forros>. Acesso em: 05 mai. 2025.
- BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. Educação e Pesquisa, v. 42, n. 3, p. 591-605, jul. 2016. <https://doi.org/10.1590/S1517-9702201609141039>
- BARROS, Surya Pombo de. Ser negro na Parahyba do Norte: cores, condições, qualidades e universo letrado no século XIX. Estudos Ibero-Americanos, v. 44, n. 3, p. 484-500, 2018. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2018.3.29337>
- BASTOS, Maria Helena Câmara. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (séculos XVI a XIX). Cadernos de História da Educação, v. 15, n. 2, p. 743-768, 2016. <https://doi.org/10.14393/che-v15n2-2016-15>
- BELANDI, Caio; GOMES, Irene. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda? Agência de Notícias do IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício de Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL. Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854: Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Côte. Portal da Câmara dos Deputados, 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-norma-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871: Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- CÂMARA, Isabelle; LÔBO, Débora; HOLDER, Cláudia. As cotas como medida de reparação histórica. 13 dez. 2023. Portal da Justiça Federal da 5ª região. Disponível em: <https://www.trf5.jus.br/index.php/noticias/leitura-de-noticias?id=325255>. Acesso em: 09 mai. 2025.

CANAL FALAS EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. História da Educação de Negros no Brasil - Prof.^a Dr.^a Iamara Viana. YouTube, 26 de nov. de 2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=HxOMQG5C308>. Acesso em: 23 maio. 2024.

CORD, Marcelo Mac; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs). Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

CRUZ, Mariléia dos Santos. A educação dos negros na sociedade escravista do Maranhão Provincial. Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História, v. 6, n. 8, 2009.
<https://doi.org/10.18817/ot.v6i8.176>

D'ANGELO, Helô. Quem foi Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira. Portal Geledes, 2017. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/quem-foi-maria-firmina-dos-reis-considerada-primeira-romancista-brasileira/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. Educação da população negra brasileira na formação da identidade nacional. Revista HISTEDBR On-line, v. 15, n. 64, p. 111-133, 2015.
<https://doi.org/10.20396/rho.v15i64.8641931>

FIORI, Ernani Maria. Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra (Chile, 1967). In: FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Edição 88: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

FONSECA, Marcus Vinícius. O predomínio dos negros nas escolas de Minas Gerais do século XIX. Educação e Pesquisa, v. 35, p. 585-599, 2009.
<https://doi.org/10.1590/S1517-97022009000300012>

G.R.E.S ESTAÇÃO PRIMEIRA DE MANGUEIRA. História para ninar gente grande. 2019. Site <https://liesa.globo.com/>. Globo: Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:
<https://liesa.globo.com/memoria/outros-carnavais/2019/mangueira/samba-enredo.html>. Acesso em: 6 de fev. de 2025.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação. 1^a edição. Editora Vozes, 2017.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó, 2020.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

LUZ, Itacir Marques da. Irmandade e educabilidade: um olhar sobre os arranjos associativos negros em Pernambuco na primeira metade do século XIX. Educação em Revista, v. 32, p. 119-142, 2016.
<https://doi.org/10.1590/0102-4698153830>

MADEIRA, Iza Andrielle Batista Duarte; DAMASCENO, Alberto; ALMEIDA, Karla Nazareth Corrêa de. Educação como experiência de "escravos fugidos" em jornais paraenses. EccoS-Revista Científica, n. 70, 2024.
<https://doi.org/10.5585/eccos.n70.26299>

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. Educação em Revista, 2010.
<https://doi.org/10.1590/S0102-46982010000100002>

PERES, Eliane. A aprendizagem da leitura e da escrita entre negras e negros escravizados no Brasil: as várias histórias dos "sem arquivos". *Cadernos de História da Educação*, v. 19, n. 1, p. 149-166, 2020.

<https://doi.org/10.14393/che-v19n1-2020-10>

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (Ed.). Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística--IBGE, 2013.

PROJETO QUERINO - 4. O colono preto. Podcast.Rádio Novelo, 6 de ago. 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2GC8EDaMAKtsA1uUCO1V3I?si=c7c5acc549ef4548>. Acesso em: 23 maio. 2024.

SANTOS, Luara. Professora Coema Hemetério dos Santos: intelectual, mãe e mulher negra na cidade do Rio de Janeiro do século XX. Poeira da História. Disponível em: <https://poeirahistoria.com.br/biografia/professora-coema-hemeterio-dos-santos/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SILVA, Alexandra Lima da. Caminhos da liberdade: os significados da educação dos escravizados. *Revista Brasileira de Educação*, v. 23, p. e230067, 2018.
<https://doi.org/10.1590/s1413-24782018230067>

SILVA, Luana dos Santos. Hemetério, Rufina e Coema: professores negros e o legado da educação. Portal Geledes, 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/hemeterio-rufina-e-coema-professores-negros-e-o-legado-da-educacao/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. A primeira escola exclusiva para negros no Brasil. Portal Geledes, 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/a-primeira-escola-exclusiva-para-negros-no-brasil/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista brasileira de educação*, p. 5-17, 2004.
<https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002>

SOUZA, Ricardo Costa de. Prática de scritas de intelectuais negros no periódico "O Exemplo". *Revista de Estudos de Cultura*, n. 9, p. 139-146, 2017.
<https://doi.org/10.32748/revec.v3i03.8485>

VIANA, Iamara da Silva. Escrever para não silenciar: africanos, enfermidades e acesso às primeiras letras no sudeste escravista, notas de pesquisa, . *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 12, n. Ed. Especi, p. 392-409, 2020.
<https://doi.org/10.31418/2177-2770.2020.v12.c2.p392-409>

VIANA, Iamara da Silva; GOMES, Flávio. Letramento, escravidão e mocambos: livros encontrados em um rancho quilombola no Espírito Santo Oitocentista. *Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura*, v. 28, n. 00, 2020.
<https://doi.org/10.20396/resgate.v28i0.8659369>

VIANA, Iamara da Silva; RIBEIRO NETO, Alexandre; GOMES, Flávio. Escritos insubordinados entre escravizados e libertos no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 33, n. 96, p. 155-178, maio 2019.

<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0010>

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira . Revista Brasileira de História da Educação, v. 2, n. 2 [4], p. 103-122, 16 fev. 2012.